



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
DOCÊNCIA PARA O MAGISTERIO SUPERIOR

**O PATRIMÔNIO PÚBLICO DE ITAITUBA - PA COMO
INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.**

RAQUEL PERES ROCHA

ITAITUBA – PARÁ
MARÇO DE 2013.

RAQUEL PERES ROCHA

**O PATRIMÔNIO PÚBLICO DE ITAITUBA - PA COMO
INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.**

Monografia de Pós-Graduação Lato Sensu em
Docência para o Magistério Superior solicitado
pela Faculdade de Itaituba, para obtenção do
Título de Especialista sob orientação do Professor
Doutor Francisco Cláudio de Sousa Silva.

ITAITUBA – PARÁ
MARÇO DE 2013.

ROCHA, Raquel Peres.

O patrimônio Público de Itaituba - PA como instrumento de construção histórica./
Raquel Peres Rocha – Itaituba: PGLS da FAI, 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba – FAI, Curso de
Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para o Magistério Superior, Itaituba, BR – PA,
2013.

Orientadora: Professor Doutor Francisco Cláudio.

1. O patrimônio Público de Itaituba como instrumento de construção histórica./
Raquel Peres Rocha – Itaituba/PA.



Centro de Estudos Superiores de Itaituba
Faculdade de Itaituba
Autorizado e Credenciado pela Portaria do MEC nº 2557 de 16/09/2003.
Av. Governador Fernando Guilhon
(4ª.Rua), 895 Jardim das Araras – Itaituba – Pará
Telefone (93) 3518-4320 / Fax (93) 35184319
Site: www.unifaitb.edu.br / Email: fai@unifaitb.edu.br

Acadêmica: RAQUEL PERES ROCHA

TÍTULO: O PATRIMÔNIO PÚBLICO DE ITAITUBA - PA COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.

Monografia de Pós-Graduação Lato Sensu em
Docência para o Magistério Superior solicitado
pela Faculdade de Itaituba, para obtenção do
Título de Especialista sob orientação do Professor
Doutor Francisco Cláudio de Sousa Silva.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Profa.Dra. Djalмира de Sá Almeida

Orientador: _____ Nota: _____

Profa.Dr. Francisco Claudio de Sousa Silva

Avaliador: _____ Nota: _____

Prof.Esp. Margaret Ferreira de Aguiar

Resultado: _____ APROVADA _____ Média : __9,5__

Data: 30 de Março de 2013.

À minha família, que sempre me apoiou e me ajudou a superar as dificuldades para atingir meus objetivos. Em especial minha mãe e meu pai, que sempre estiveram ao meu lado dando-me forças para não desistir, e ao meu esposo e amigo de todas as horas Whilterlan, e a minha querida e amada filha **Jenifer Waleska**, e a todos que de alguma forma fizeram parte desta conquista. A eles dedico-lhes esta conquista com minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

A Deus que no seu infinito amor, sempre me guiou com suas mãos de sabedoria.

Aos Meus Queridos pais Raimundo Pereira da Rocha e Zilma Peres Rocha, pelo amor e carinho no qual sempre me guiaram pelos caminhos do bem.

As Minhas irmãs, Silvana, Rosângela, Rosivane, que sempre me apoiaram e acreditaram nos meus sonhos e objetivos.

Às pessoas entrevistadas, que enriqueceram este trabalho com seus depoimentos, em especial seu Manoel Lauro Lages De Mendonça, (in memoriam) com sua eterna sabedoria.

Aos meus professores que contribuíram com a minha formação nessa jornada durante este curso, no qual só enriqueceram para minha formação, em especial a professora Jussara Saldanha Whitaker.

Aos meus colegas de turma que me fizeram aprender lindamente que as diferenças nos completam e que família não significam laços de sangue.

À minha professora de Monografia Djalmira de Sá Almeida, que sempre me apoiou e me estimulou a ir em busca de novos conhecimentos, e que sempre estará em minha mente e em meu coração por tudo que me ensinou durante o curso.

Ao meu professor orientador Doutor Francisco Claudio, pelo apoio e incentivo para prosseguir nos meus estudos.

À Faculdade de Itaituba por me propiciar este momento ímpar na minha vida na qual tem sido facilitadora na formação de novos educadores assim como eu, a todos da Instituição o meu muito obrigado.

Cada geração assimila a herança cultural dos antepassados e estabelece projetos de mudança. Ou seja, estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro desejado. Pensar o passado, porém, não é um exercício de saudosismo, curiosidade ou erudição. O passado não está morto, porque nele se fundam as raízes do presente.

M^a Lúcia de Arruda Aranha – Livro: História da Educação e da Pedagogia, 2006.

ROCHA, Raquel Peres. O patrimônio Público de Itaituba como instrumento de construção histórica. Monografia de Conclusão de Curso de Pós Graduação em Lato Sensu Docência para o Magistério Superior. Faculdade de Itaituba – FAI, Itaituba – Pará, 2013.

RESUMO

O presente trabalho procura discutir o patrimônio de Itaituba, numa abordagem histórica. A preocupação com a reconstrução histórica de Itaituba município localizado no Sudoeste do Pará, através de seu patrimônio público surgiu da necessidade do resgate da memória sobre o patrimônio história local, que faz parte da história do município e que pode ser contado através dos monumentos.

A monografia discute a possibilidade de interpretar a história de Itaituba através de seu patrimônio público, demonstrando, através deles, expressivos acontecimentos sócio-historicos ocorridos nesses locais e uma gama de informações ainda não escritas.

Itaituba vivenciou os mais importantes ciclos econômicos que aconteceram na região Amazônica e, mesmo possuindo mais de um século de vida, a sua história apresenta muitos pontos a serem discutidos e questionados.

Os locais que fizeram parte dessa construção histórica do município foram as praças e os prédios que abrigaram os mais importantes órgãos do município como a Antiga Prefeitura Municipal, e visando a reconstrução dos momentos históricos que ali ocorreram, o registro desses fatos e a contribuição que os mesmos deram para o município no decorrer da pesquisa. O estudo também apresenta uma visão dos moradores locais quanto a essas transformações e a construção da historia local.

PALAVRAS-CHAVES: Memória histórica, construção histórica, patrimônio público, História de Itaituba.

SUMÁRIO

p.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE ABREVIATURAS

RESUMO

INTRODUÇÃO14

1 PATRIMÔNIO, ARQUITETURA E HISTÓRIA

1.1 A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO.....16

1.2 CONCEITO DE PATRIMÔNIO23

1.3 A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO PARA A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA26

2 O PATRIMÔNIO PÚBLICO DE ITAITUBA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO

HISTÓRICA

2.1 DENOMINAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO28

2.2 A ANTIGA PREFEITURA MUNICIPAL: O CENTENÁRIO DE UMA CIDADE EM UM PRÉDIO32

2.3 PRAÇA DO CONGRESSO40

2.4 PRAÇA DO CENTENÁRIO - FONTE MONTEIRO LOBATO43

2.5 PRAÇA WILSON DE ANDRADE UCHOA.....49

2.6 PRAÇA VITOR CAMPOS55

2.7 PAVILHÃO DE EVENTOS CULTURAIS: EDVALDO DE PAIVA MACEDO60

3 A PESQUISA E O METÓDO DE INVESTIGAÇÃO

3.1 A INTERPRETAÇÃO COMO METÓDO CIENTÍFICO64

3.2 AS FONTES ORAIS67

3.3 RETORNO IN LOCO DA PESQUISA EM 2013.....85

4 PROPOSTA DE EXTENSÃO PARA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

DE ITAITUBA

4.1 APRESENTAÇÃO86

4.2 PROGRAMAÇÃO.....87

4.3 SUGESTÕES PARA SOCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS87

4.4 CURSOS DE ATUALIZAÇÃO SOBRE PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA PATRIMONIAL	88
4.5 SEMINÁRIOS E AGENDAMENTO DE PALESTRAS PARA PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ITAITUBA.....	88
5 CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
ANEXOS	95

LISTA DE FIGURAS

p.

FIGURA 1 Frente da cidade de Itaituba – Pará, antes do ciclo do ouro.....	31
FIGURA 2 Casa da Municipalidade	33
FIGURA 3 Paço Municipal de Itaituba em 1960	34
FIGURA 4 Placa da Caravana da Vitória em 1943	35
FIGURA 5 Paço Municipal de Itaituba em 2005	36
FIGURA 6 Salão Nobre do Paço Municipal de Itaituba	37
FIGURA 7 Repartições do Paço Municipal de Itaituba	38
FIGURA 8 Repartições do Paço Municipal de Itaituba em 2013.....	40
FIGURA 9 Praça do Congresso em 1979	41
FIGURA 10 Praça do Congresso em 2008	42
FIGURA 11 Praça do Congresso em 2013	43
FIGURA 12 Praça do Centenário em 1929	44
FIGURA 13 Praça do Centenário em 2005	45
FIGURA 14 Governador Alacid Nunes na sonda em 1964	47
FIGURA 15 Praça do centenário em 2008	48
FIGURA 16 Praça do centenário em 2013	49
FIGURA 17 Praça do Seresteiro estatua do Violeiro Cacau	52
FIGURA 18 Perfuração da Sonda na década de 90 a água sulfurosa.....	53
FIGURA 19 Praça do Garimpeiro em 2005	53
FIGURA 20 Praça do Garimpeiro 2008	54
FIGURA 21 Praça do Garimpeiro em 2013.....	55
FIGURA 22 Praça Vitor Campos em 1980	56
FIGURA 23 Mangueira Centenária	57
FIGURA 24 Praça Vitor Campos em 2005	58
FIGURA 25 Praça Vitor Campos em 2008	59
FIGURA 26 Praça Vitor Campos em 2013	60
FIGURA 27 Primeira Barraca da Santa	61
FIGURA 28 Segunda Barraca da Santa 2005	62
FIGURA 29 Barraca da Santa 2008	63

FIGURA 30 Barraca da Santa 2013	64
FIGURA 31 Manoel Lauro Lages Mendonça 2005	68
FIGURA 32 Tibiriçá de Santa Brígida Cunha 2008	73
FIGURA 33 Tibiriçá de Santa Brígida com o Juscelino Kubitschek em 1964	74
FIGURA 34 Tibiriçá de Santa Brígida com o presidente João Goulart em 1963	76
FIGURA 35 Silvio de Paiva Macedo 2008	79
FIGURA 36 Itahy Iracema Couto Lima 2008	81

LISTA DE ABREVIATURAS

COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará

CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itaituba

DNER – Departamento Nacional de estradas e Rodagem

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

FASIPI – Fundação de Ação Social Integrada a Prefeitura de Itaituba

FNS – Fundação Nacional de Saúde

GUINNESS BOOK – Livro dos Recordes

IPMI – Instituto de Previdência do Servidor Público Civil do Município de Itaituba

PVC – Policloreto de Vinila

SGMB – Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil

USAGAL – União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal

INTRODUÇÃO

Ao realizar esta pesquisa objetiva-se interpretar a história de Itaituba, a partir de sua arquitetura histórica, ou seja, de seu patrimônio público, como prédios e praças centenárias. O estudo aborda aspectos sócio-políticos, culturais e seus respectivos valores históricos destes monumentos para o município de Itaituba. A proposta desse tema surgiu no primeiro ano do curso, de Licenciatura Plena de História da Faculdade de Itaituba, devido à necessidade observada em relação ao material escrito sobre o município de Itaituba, que era muito difícil de ser encontrado. Essa dificuldade em pesquisar temas relacionados à história local acabou conduzindo à escolha desse tema. Com esta proposta, houve uma opção por interpretar a história local através de seus patrimônios públicos, usando para tanto a abordagem fenomenológica hermenêutica, pois a mesma possibilitará a utilização de métodos interpretativos como entrevistas, depoimentos, narrações, vivências, história de vida.

Através do patrimônio público pretende-se resgatar e registrar a história local segundo a visão dos moradores da cidade que colaboraram, nesse processo de construção histórica, contribuindo assim para que futuras gerações possam utilizar este trabalho como material de apoio e suporte nas pesquisas sobre esse tema, assim como contribuir também para a sociedade como um todo, servindo como registro da historiografia local.

Inicialmente fez-se uma conceituação sobre patrimônio público segundo a Constituição Brasileira e as leis que protegem os mesmos. Em seguida foi destacado aspectos sobre o centenário da cidade com importância aos principais monumentos históricos, levando em conta as mudanças ocorridas neste centenário.

No segundo capítulo, foi apresentada uma contextualização do patrimônio público de Itaituba, na tentativa de recuperar dados importantes dos cem anos do funcionamento da primeira Prefeitura Municipal de Itaituba. Serão abordados os históricos das principais praças municipais e sua importância social, e o papel da Barraca da Santa na vida econômica, social e religiosa de Itaituba.

O terceiro capítulo trata da pesquisa e do método de investigação utilizado e a forma como foi desenvolvida essa investigação, incluindo as entrevistas com os

moradores locais, relacionados ao tema abordado. A metodologia usada vincula-se à fenomenologia hermenêutica, com abordagem qualitativa e optou-se oral/narrativa.

O quarto capítulo, apresenta uma proposta de intervenção a qual tem objetivo, de promover educação patrimonial, para a preservação e conservação dos patrimônios históricos locais, no meio acadêmico e na sociedade como um todo.

Houve uma preocupação em buscar dados documentais para o desenvolvimento da pesquisa como leis de criação desses patrimônios na Câmara de Vereadores e também na Prefeitura Municipal de Itaituba. Devido à falta de documentos voltados para patrimônio público no município foram utilizados textos de apoio como o DE DECCA, (2008) que trata sobre esse tema, a memória coletiva, assim como os utilizados textos de PEREIRA (2005) que discute sobre as diversas formas de investigação científica. Também de MINAYO (2004) que discute sobre as diversas formas de pesquisas e de como trabalhar cada uma delas. Utilizou-se também a Constituição Brasileira que trata sobre a proteção do patrimônio público. Foram utilizados textos de LEMOS, de seu livro que trata sobre a questão de patrimônio público, sobre o que preservar como preservar e por que preservar, que darão suporte para a construção da importância histórica do patrimônio público brasileiro. Também serviu de base o artigo de PAIM, que aborda sobre a questão do patrimônio servindo como base para a construção da memória coletiva da população.

No final deste trabalho são apresentadas as conclusões sobre o tema e os resultados obtidos, a partir da metodologia utilizada no decorrer das pesquisas para que houvesse essa construção histórica a partir desse Patrimônio Público, como também serão vistos qual é a real condição desses patrimônios públicos atualmente, e o que foi realizado ou não para a conservação dos mesmos. O projeto de extensão a comunidade em geral, para a valorização do patrimônio público de Itaituba é uma alternativa apresentada para o resgate do patrimônio histórico de Itaituba.

1 PATRIMÔNIO, ARQUITETURA E HISTÓRIA

1.1 A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO

A palavra patrimônio tem sua origem da língua latina, derivada de *pater*, que significa pai, num sentido mais social do que a simples referência à paternidade biológica. Seria o conjunto de bens pertencentes ao *pater*, utilizada como sentido de herança, legado, isto é, aquilo que um pai deixa para seus filhos, portanto, patrimônios são o conjunto de bens de uma instituição, empresa, associação ou pessoas. Também pode ser entendido como patrimônio histórico, um bem coletivo, ou seja, pertencente a um determinado grupo social com a pretensão de expressar um dado momento ou memória desse grupo, servindo para construir ou reforçar essa memória identitária comum ao grupo.

A questão de patrimônio no Brasil é relativamente nova, pois, ainda há poucas discussões sobre a temática, até mesmo quanto ao que preservar como preservar, e para que preservar. No entanto, algumas pessoas desde o século XVII, já tocavam sobre a importância da preservação dos patrimônios para a guarda da memória nacional. Um dos primeiros a focar a questão da preservação desse patrimônio foi o Conde de Galveias, em meados do século XVII, através de sua manifestação em 5 de abril de 1742, ao governador de Pernambuco, Luis Pereira Freire de Andrade, onde o mesmo lamenta profundamente terem transformado as Duas Torres, construído pelo conde de Nassau, em um quartel para tropas locais. Conforme citou LEMOS, sobre esta carta:

Seria imprescindível a manutenção da integridade daquela obra holandesa, verdadeiro troféu de guerra a orgulhar nosso povo, e com as adaptações previstas seria arruinada, uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa capitania... Dizia ainda, que aquelas obras holandesas são livros que falam, sem que seja necessários lê-los". (LEMOS, 1981).

Logo após esta carta de desabafo do fidalgo, veio o silêncio das autoridades brasileiras por um longo período, após o período da Independência o que se ocorreu foi

uma lenta destruição de um patrimônio português, que lembrava o jugo da dominação colonial que havíamos passado, percebe-se que sempre que uma sociedade passa por um processo libertário, a primeira coisa que fazem é tentar apagar esse passado, aqui não foi diferente, começaram a destruir as provas da opressão que fora banida do país, vestígios holandeses varridos como se não tivessem feito parte da nossa história, Cartelas heráldicas, escudos e brasões arrancados violentamente dos pórticos nobres das construções espanholas pelos portugueses após a Reconquista e posteriormente pelos brasileiros após a Independência de 1822, papéis foram queimados, inclusive aqueles relativos a escravidão negra no Brasil, por ordem do abolicionista Rui Barbosa, depois do 13 de maio da Princesa Isabel, conforme citou LEMOS.

O silêncio dos governos sobre a questão da proteção desse patrimônio arquitetônico permaneceu nos reinados de nossos imperadores, salvo alguns intelectuais voltados à guarda de obras de arte históricas em um ou dois museus. A República que estava começando a se estabelecer não alterou em nada esse quadro de abandono geral e a proteção dos bens culturais arquitetônicos nacionais. No tocante salvo alguns colecionadores particulares e intelectuais é que se lembravam e solicitavam que fossem defendidos os nossos monumentos arquitetônicos. Como Augusto de Lima em Minas Gerais, Gustavo Barroso no Rio de Janeiro, no entanto, os mesmos só se preocupavam em preservar o que seria de seu interesse, e todas as obras eram voltadas para o caráter dogmático e personalistas, isso na década de vinte.

O período da década de 1920 foi marcado pelo surgimento do neocolonialismo que se popularizou entre a elite brasileira, no qual muitas construções coloniais foram reformadas visando-lhes dar lhes feição estilística da moda em voga. Neste período foi comum a “preservação” através da transposição de elementos de uma construção arquitetônica abandonada para outra nova construção. O próprio líder deste movimento de neocolonialismo no Rio de Janeiro, José Mariano Carneiro da Cunha Filho, na construção de seu Solar de Monjope, trouxe materiais aproveitados de construções arquitetônicas coloniais para compor sua mansão. O deputado e historiador Wanderley Pinho na década de vinte, fez um dos primeiros projeto de lei relativo a proteção cultural desses patrimônios, nos quais estavam incluídos os bens preserváveis, conforme cita LEMOS: “as cimalthas, os forros, arquitraves, portas, janelas, colunas, azulejos, tetos, obras de marcenaria, pintura murais, e quaisquer ornatos arquitetônicos ou artísticos

que possam ser retirados de uma edificação para outra”, o que demonstra como eram freqüentes as retiradas dos materiais das construções arquitetônicas para outras, com o intuito de “preservar”.

O deputado Luiz Cedro em 1923 apresentou um projeto de lei que se destinava a salvar nosso Patrimônio, no qual ele sugeria a criação de uma “Inspetoria de Monumentos históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional”. Porém em 1925, a pedido do governador mineiro Presidente Mello Vianna, o jurista Jair Lins apresentou um projeto de lei com os bens que deveriam ser guardados, e preservados como patrimônios, no qual neste projeto faz-se menção pela primeira vez da preservação de bens móveis, nos quais incluem livros raros, antigos, manuscritos de valor artístico e literário e histórico. Conforme cita Lemos sobre o projeto que diz:

“os moveis e imóveis, por natureza ou destino, cuja conservação possa interessar à coletividade, devido a motivo de ordem histórica ou artística, serão catalogados, total ou parcialmente, na forma desta lei e, sobre eles, a União ou os Estados passarão a ter direito de preferência”. (LEMOS, 1981).

Somente no ano de 1936, é que o patrimônio brasileiro ganhou um projeto digno de elogios, feito pelo escritor Mário de Andrade, homem com alto intelecto, cuja sensibilidade levou-o a produções literárias de altíssimo nível. Mas somente em 1937 é que seu projeto tornou-se lei, no entanto, não podemos deixar de mencionar a importante participação de seu amigo nesta empreitada Paulo Duarte que no mesmo ano realizou uma campanha no jornal O Estado de São Paulo, denominada “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, no qual o mesmo que era jornalista, trouxe a público o estado lastimável e criminoso em que jazia o pouco que sobrou do nosso Patrimônio Cultural Arquitetônico. No qual esta campanha serviu para divulgar a preocupação em se preservar o patrimônio cultural e arquitetônico brasileiro.

No texto de seu projeto Mário Raul de Moraes de Andrade, definia Patrimônio da seguinte forma:

“Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a

particulares nacionais, particulares estrangeiros residentes no Brasil”.
(LEMOS, 1981).

Observa-se neste fragmento do texto à preocupação de Mário de Andrade, tentando resguardar na totalidade todos os bens culturais do nosso Patrimônio, chamando-os simplesmente de obras de arte, neste caso esta palavra teria um significado amplo, podendo ganhar conotações diversas, no qual o mesmo explica: “arte é uma palavra geral, que neste caso, seu sentido significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”. No seu projeto original, Mário de Andrade agrupava as obras de arte nas seguintes categorias: Arte arqueológica; Arte ameríndia; Arte popular; Arte histórica; Arte erudita nacional; Arte erudita estrangeira; Artes aplicadas nacionais; Artes aplicadas estrangeiras. Totalizando oito categorias que deveriam ser enquadrados os Patrimônios Artísticos Culturais Arquitetônicos.

Em seu projeto original Mário de Andrade conseguia contemplar toda a sorte de objetos que pudessem ter uma significância e nos remetessem a um momento da história nacional. Tendo em vista que até então todos os bens que eram considerados “Patrimônios” eram voltados totalmente para a elite dominante na época, ou seja, os objetos que não eram considerados relevantes para a história e a memória do povo brasileiro era descartada até então. O projeto contemplava, objetos como instrumentos de caça, de uso doméstico, veículos, indumentárias, jazidas funerárias, sambaquis, inscrições rupestres e, elementos das paisagens, do meio ambiente, incluíam também os cantos, as lendas, as magias, a medicina popular, e a culinária dos índios etc. incluía a arte popular através de construções de capelinhas em beiras de estradas, os agrupamentos de mocambos do Nordeste, o folclore em geral e tudo que interesse a etnografia.

No que se refere ao Patrimônio histórico ele deixa bem claro que devem ser todos aqueles que de alguma forma, refletem contam, comemoram o Brasil e sua evolução nacional, independente de serem dignos de orgulho ou não. Mas, sim porque foram criados para um determinado fim que acabou os tornando históricos. O mesmo cita, por exemplo, a casa de Tiradentes em São João Del Rei, a casa de Rui Barbosa, que devem ser conservadas devido a sua imagem histórica, cita ruínas, igrejas, fortes, solares, gravuras, mapas, porcelanas, livros, impresso etc. O mesmo afirmava que

deveriam ser preservados exemplares que representavam as diversas escolas e estilos arquitetônicos que já se refletiram no Brasil.

Este breve apanhado do projeto de Mário de Andrade incluía tudo, tinha a pretensão de catalogar todas as manifestações culturais do homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também registrar suas músicas, seus usos, costumes, seu saber e seu fazer. Chegando o mesmo a imaginar num futuro a possibilidade da criação de museus que contemplassem toda essa gama de manifestações culturais do homem. No entanto, para a época o projeto de Mário de Andrade era inovador e tudo indica que tenha assustado as autoridades da época, pois o governo não tinha estruturas para tocar este projeto e nem verbas para uma empreitada de preservação de tamanha amplitude como o projeto almejava de início.

Em janeiro de 1937, foi reorganizado o Ministério da Educação, que passou a ser Chefiado por Gustavo Capanema, foi então criado o “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, pelo nome já se percebe que o projeto de Mário de início não fora seguido como proposto. No final daquele mesmo ano, depois do golpe político de Getúlio Vargas, veio o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro, que organizou então o extinto SPHAN, onde foi definido oficialmente o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como sendo “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Com a constituição do SPHAN, os grupos de pessoas que ficaram responsáveis por selecionar os bens brasileiros que seriam tombados passaram a defender a preservação do que seria para eles o registro da memória da nação brasileira e sua nacionalidade. Nesse momento as ações governamentais foram voltadas exclusivamente para a preservação de obras arquitetônicas. Os primeiros tombamentos que ocorreram, foi em Minas Gerais, Rio de Janeiro e na Bahia, portanto, nesta perspectiva foram tombadas as obras chamadas naquele período de “pedra e cal”. Os bens que foram tombados na sua maioria eram pertencentes à igreja, demonstrando a necessidade de preservar os traços do passado brasileiro, católico, militar, latifundiário e patriarcal.

A partir do momento que o extinto SPHAN, optou por preservar as edificações voltadas para a elite brasileira, acabou por colocar em extinção e ao apodrecimento e esquecimento, e até mesmo a demolição de vestígios dos templos não católicos, das senzalas dos escravos, dos locais que realmente representavam a memória da maioria da população brasileira, negando a população o direito de preservar esta memória. Com esta definição do que seria o patrimônio a ser preservado, a população em geral então, passou a não se reconhecer e nem se identificar com este patrimônio, pois, não vinculavam eles com sua vida.

Na década de 1970, o SPHAN, passou por uma nova reformulação, mudaram a direção do Instituto, mudaram também sua denominação, que passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, modificando então suas preocupações, que ficaram voltadas para o turismo cultural, promovido pelas chamadas cidades históricas, que através da revitalização não apenas dos monumentos, mas como o tombamento de grande parte das cidades, isso assumiria uma nova perspectiva econômica, atraindo turistas, conseqüentemente gerando renda para essas cidades, além do mais, as mesmas ganhariam mais ações de preservação e restauro nas mesmas.

Essas reestruturações administrativas que aconteceram no IPHAN ampliaram as preocupações também em preservar as manifestações culturais e fazeres e saberes dos brasileiros. Por volta de 1979, às comunidades são convidadas, a participarem da definição, de quais bens seriam tomados a partir daquele momento, e essa nova forma de pensar sobre o patrimônio brasileiro, com a visão e a participação do povo, teve sua culminância, expressa na constituição de 1988, ampliando e integrando à noção de patrimônio cultural no artigo 216, sessão II – Da cultura, patrimônio cultural brasileiro é descrito como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto portadores de referencia à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: As formas de expressão; Os modos de criar, fazer e viver; As criações científicas, artísticas e tecnológicas; As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; Os conjuntos urbanos de sítios e valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Observa-se que já se volta a falar novamente no primeiro projeto de Mário de Andrade para conceituação de patrimônio brasileiro, quando se fala no modo de fazer criar, e viver do povo brasileiro, que nos remetem a uma identidade e memória da população do país.

No entanto, a mudança mais significativa ocorrida no IPHAN, ocorreu no ano de 2000, quando foi publicado o decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, que instituía também o registro de bens culturais de natureza imaterial. Passando assim a ser reconhecido legalmente como patrimônio do povo brasileiro as ações, que são voltadas para saberes e fazeres que não possa ser expressos de forma material. Trazendo assim a preocupação, do tombamento para a preservação dos modos de produzir, pintar, rezar, cozinhar, tecer e bordar e tantas outras atividades humanas que identifiquem e façam parte de um grupo, e que formem a memória deste grupo social, formando também a identidade do mesmo. Temos como exemplo, a arte Kusiva, pintura corporal dos índios Wajãpi, e a produção do queijo de Minas gerais, e o Círio de Nazaré, que ocorre em Belém no estado do Pará.

Através desse breve histórico, a cerca da atuação do IPHAN, e as políticas do Brasil, que envolvem a questão do patrimônio nacional, pode-se perceber porque, grande parte da população brasileira não se identifica com os bens tombados, principalmente porque a maioria não frequente esses espaços de guarda da memória da sua história, como também nem se quer sabem sua participação na história daquela sociedade, e, portanto não se preocupam em preservar esses bens culturais, pois não o tem como sendo seus.

1.2 CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Segundo a Lei de ação popular 4.717, de 29/06/1965, o patrimônio público, em seu artigo 1º parágrafo 1º, é entendido como conjunto de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, pertencente aos entes da administração pública direta ou indireta. Segundo a definição da lei, o que caracteriza o patrimônio público é o fato de pertencer, ele, a um ente público - a União, um estado, um município, uma autarquia ou uma empresa pública, por exemplo, portanto patrimônio público seria um conjunto de bens, direitos e obrigações que se encontram a disposição do município, do estado ou da união.

Esses bens segundo o código civil são entre outros, os rios, os mares, as estradas, as ruas, as praças, ou seja, bens de uso comuns do povo, edifícios ou terrenos destinados a serviços ou estabelecimentos de administração federal, estadual ou municipal. Numa visão mais ampla patrimônio público são o conjunto de bens e direitos que pertencem a todos e não a um determinado individuo ou entidade.

De acordo com essa visão, o patrimônio público é um direito difuso, um direito transindividual, de natureza indivisível de que são titulares pessoas indeterminadas e ligadas pelo fato de ser cidadão, serem o povo, para o qual o Estado e administração existem. Sendo o patrimônio público pertencente a todos como já foi dito e assegurado segundo o código civil, então cabe a todos zelar e preservar e defender a conservação dos mesmos. Por isso, a constituição da República atribui a uma instituição especificamente, a tarefa de defender e proteger o patrimônio público. Trata-se do Ministério Público, que tem como uma de suas funções institucionais promover o inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, segundo art.129, III, da constituição, artigo 5º, III e artigo 6º VII,b, da Lei complementar nº 75/93, artigo 25, IV, b, da lei 8.625/93.

Portanto, o patrimônio público a todos pertence, e por todos da sociedade e entes da administração pública e Ministério Público, deve ser preservado, protegido e defendido, para que não se perca a história e a importância social desses patrimônios; Para que haja a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; para que se

garanta o desenvolvimento nacional; Para que se reduza a pobreza e a marginalização; Para que se evite as desigualdades sociais e regionais e para que seja promovido o bem de todos, como manda a Constituição da República em seu 3º artigo.

As construções históricas do patrimônio público nas cidades, os monumentos históricos, passaram a ocupar um lugar de destaque na vida cotidiana e na economia na sociedade moderna. Os monumentos históricos devem ser meios de ligar o homem ao passado, e, portanto devem fazer sentido no cotidiano das pessoas. E através desses monumentos, trabalha-se a memória que é um dos caminhos para o conhecimento do passado. Ela tem várias funções: toda consciência do passado está fundada na memória, através das lembranças recupera-se acontecimentos anteriores, distingue-se o ontem de hoje e confirma-se que já se viveu um passado.

Esta confirmação, por sua vez, confere um sentido de identidade, pois saber o que se foi no passado, confirma o que se é no presente. Ao conhecer o passado o indivíduo se liga aos homens que viveram antes, construindo uma noção de continuidade. O século XX é marcado por um movimento político mundial de preservação dos Patrimônios Culturais, de tal modo, que é certo dizer, hoje, que a preservação da identidade popular é uma das funções do Estado e um dever de toda a sociedade ajudar nessa preservação, pois a história se desenvolve junto com esses locais.

As três dimensões fundamentais do fenômeno cultural que vem ocorrendo neste século XX de preservação dos patrimônios dividiram-se em criação, difusão e conservação. Estão contempladas, como já foi citado no texto constitucional, que as coloca sob a responsabilidade do poder público, com colaboração da sociedade. Está também a disposição de toda a sociedade a Ação Popular e a Ação Civil Pública, meio para evitar a destruição ou má conservação dos bens que integram os Patrimônios Culturais, entendidos como interesse difuso de todos. Portanto, todos têm a função de proteger esses patrimônios, mas ao falar-se do papel dos municípios especificamente, é comum verificar que alguns municípios têm uma Secretaria específica para desenvolver o trabalho de preservação, revitalização e promoção do patrimônio, segundo artigo 30º compete aos municípios: “IX – promover a proteção do patrimônio histórico - cultural local, observando a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.

Cabe ao município avaliar o crescimento da cidade, verificando seu território, para gerar uma melhor solução para os problemas gerados pela urbanização descontrolada, visando à proteção desses patrimônios para que não se perca com ele a história do município. As ações públicas municipais devem estar atentas às necessidades de educar a sociedade e promover a valorização e preservação do patrimônio Imobiliário cultural existente, que transmitirá as gerações futuras o sentido dos valores e das identidades atuais.

Ter cidades preservadas, através das iniciativas públicas e privadas demonstrará consciência cultural e social, dando oportunidade de transmitir às gerações futuras o que se é hoje, dando-lhes referências históricas e fortalecendo os laços em comum com o passado, que poderá ser interpretado e estudado através desse patrimônio público.

A preservação desse patrimônio público remete a importância da preservação da memória coletiva da sociedade Itaitubense, pois um povo sem memória é um povo sem história, e esta tarefa cabe a nós enquanto historiadores a preservação da memória histórica da nossa cidade.

1.3 A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO PARA A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Ao se olhar ao redor da casa, dos bairros, da vizinhança, observam-se quanta história pode ser lembrada. Em cada ponto, ao se passar por uma simples caminhada, observa-se essas histórias e vê-se o quanto o patrimônio público é importante, pois, ele conta através de si, a história da cidade, em cada local, em cada passo que é dado, numa praça, ou quando se visita um monumento.

Tendo em vista essa importância, a pesquisa visa abordar essa interpretação histórica do município através desse patrimônio, por meio dele podem-se resgatar fatos, memórias da cidade, como a visita de presidentes e até mesmo fatos cômicos ou tristes. Esse patrimônio é de vital importância para a preservação da história e da memória enquanto sociedade, levando em consideração o quanto da história da cidade de Itaituba ainda falta ser escrita.

Opta-se utilizar alguns desses patrimônios para o desenvolvimento dessa reconstrução histórica, pois um simples monumento em uma praça qualquer remete à várias situações que a cidade vivenciou. Como exemplo, tem-se o monumento erguido aos garimpeiros, que foi construído com o intuito de homenagear os trabalhos da garimpagem, pois a cidade enfrentava, nessa época, a famosa corrida do ouro, e assim por diante, visando essa grande gama de informações que, trazidas, podem ser reconstruídas através de pesquisas desenvolvidas nesses locais, dando início à busca por informações que possam contar um pedaço esquecido da história de Itaituba.

Segundo DECCA (2008), no texto “Cidadão, mostre-me à identidade!”, todos nós temos uma identidade coletiva que, ao longo do processo histórico forma-se então uma história coletiva, que nesse caso pode ser encontrada nesses patrimônios, pois através dessa visita ao passado esta-se reatualizando o presente e a memória através dessa história coletiva, e isso é de vital importância, pois ai está a identidade local dos homens, pela coletividade que ao mesmo tempo é individual segundo a visão de cada um, mas quando fala-se em identidade coletiva por exemplo, ao se referir a praça Vitor Campos, a primeira memória que vem é o busto do fundador do município, é nesse sentido que DECCA ressalta o quanto a identidade coletiva é importante para a sociedade.

Revisitar o passado de uma coletividade é também um esforço de reatualizar a memória através da história, pelo resgate de uma diversidade e pluralidade de experiências que questiona a validade de uma única história possível. (DECCA, 2000).

Portanto, a memória coletiva deveria servir para resgatar a história desses patrimônios públicos, e dando início a uma nova história não apenas se fechando na única história possível, mais levando em conta a história que pode ser reatualizada através desses patrimônios.

2 O PATRIMÔNIO PÚBLICO DE ITAITUBA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1 DA DENOMINAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

Itaituba, por volta de 1812, foi mencionada na viagem de Miguel João de Castro no rio Tapajós, como local de exploração e comércio de especiarias do Alto Tapajós. Conforme Ferreira Pena em 1836, Itaituba era um aldeamento de índios da dependência do Grão – Pará, para onde foram enviados por Portugal, um pequeno destacamento com o intuito de desbravar a região e entre esses nomes está o de Joaquim Caetano Correa que posteriormente, levou o título de fundador da cidade.

Até 1853, Itaituba pertencia à freguesia de Pinhel, passando posteriormente para jurisdição de Boim. Com a lei Provincial de nº 266 de 16 de outubro de 1854, a povoação de São João Baptista recebeu a categoria de vila, passando a se chamar Brasília – Legal e como a mesma não correspondeu à expectativa, houve uma transferência da Vila para Itaituba, sob a Lei Provincial de nº 290, de 15 de Dezembro de 1856, somente instalada em 3 de novembro do ano seguinte.

Como cidade já tinha o nome de Itaituba, o seu predicamento em vias legais, ocorreu em 1900, através da Lei nº 684 de 23 de março, sendo instalada em 15 de Novembro de 1900, nome esse originário da língua Tupy Guarani, que significa, ITA = Pedra, I = Pequena, TUBA = Abundância, que traduzindo, seria lugar de pedra miúda devido à margem esquerda do rio ter muitos pedregulhos, significado este que consta em fontes da história oficial, no entanto as pesquisas que atualmente estão sendo feitas pela professora especialista Dr. Djalмира de Sá Almeida, diretora acadêmica da Faculdade de Itaituba, apontam que por volta do século XVII, habitavam nessa região uma tribo indígena conhecida por Tapajó e sua língua original era a o Tupy Original e não o Guarany, pois os Tupy Guarany corresponde aos indígenas catequizados pelos espanhóis, que no caso dos Tapajó, não eram, na qual essa tribo chamava a região de ITAITIBA, nome este que significa I = Rio, TIBA= abundante, ITA = PEDRAS, na nossa língua, no entanto as missões ao virem para esta região, preferiram que houvesse uma

mudança no nome, pois TIBA correspondia à genitália da mulher e TOBA na genitália do homem segundo a tradução Tupy, por isso eles pediram aos índios Tapajó modificarem este final para ITA= Pedras, I=Rio, TUBA= de Deus, que significa, rio das pedras de Deus, e quem recuperou esta tradução do Tupy antigo foi o Joaquim Caetano Correa, quando fundou o município de Itaituba em 1856.

O primeiro Conselho Municipal que foi eleito diretamente pelo povo para o triênio de 15 de novembro de 1889, foi constituído pelo tenente Coronel Joaquim Lourenço Cardoso, Tenente Leopoldo Augusto de Moraes, Alferes Jose Peixoto e Rafael Toledano, mais existe uma contradição nessa informação, pois, segundo consta na revista "O Mocarongo (1989)". A primeira eleição realizada, no regime republicano, ocorreu no dia 10 de outubro de 1891, com a eleição do Coronel Vitor Jose Pinto de Campos, primeiro intendente republicano eleito, e foi nesse governo que se lançou a pedra fundamental do Paço municipal no dia 24 de Julho de 1893. Mas quem deu prosseguimento a essa obra foi o advogado, procurador, José Joaquim de Moraes Sarmiento, eleito pela primeira vez, intendente nas eleições de 10 de janeiro de 1896, e completando o mandato o Major Adriano Ferreira Caldas, que foi eleito em 2 de março de 1894.

Porém, a condição de cidade foi conferida a Itaituba em 1900 como já foi citado pelo então governador do Estado do Pará, José Paes de Carvalho, que se motivou pelo desenvolvimento da vila e através da lei nº 684 de 23 de março, Itaituba tornou-se cidade mas só foi instalada oficialmente e considerada autônoma em 15 de Novembro de 1900. E como a obra do Paço já havia sido iniciada anteriormente ela foi concluída em 1900 e pela Lei Municipal nº 63 de 6 de Junho de 1900 estabeleceu o dia 15 de novembro do mesmo ano para a inauguração do prédio que coincidiu com a instalação da cidade de Itaituba.



Fotografia 1 Frente da cidade de Itaituba – Pará – Antes do Ciclo do Ouro.
Fonte Museu Aracy Paraguaçu – 2011.

O Decreto Municipal nº 6, de 4 de novembro de 1930, manteve Itaituba como município, entretanto o decreto Estadual nº 78, de 27 de dezembro do mesmo ano, coloca Itaituba sob a administração direta do Estado, porém a lei estadual nº 8, de 31 de outubro de 1935, devolveu a Itaituba sua autonomia. O último intendente eleito de Itaituba e deposto pela revolução que houve na cidade em 1930, foi o Major Adriano Pereira Caldas, que renunciara seu primeiro mandato em 1895, e acabou sendo deposto nessa revolução. O Primeiro Prefeito municipal nomeado pela revolução vitoriosa de 1930 foi o Doutor Hugo Figueira de Mendonça, com o processo de redemocratização que o Brasil vivia na época em 1946, logo em seguida por volta de 1948 foi eleito Prefeito Municipal Julião Galúcio Pereira.

Um fato a ser ressaltado é que na época da corrida do ouro Itaituba chegou a estar com o nome no Guinness Book, o Livro dos Recordes, por ter o aeroporto que mais tinha aterrisagens e pousos durante um dia de três em três minutos havia um pouso e uma decolagem neste aeroporto, e não eram aviões pequenos como os de hoje eram aviões enormes, indo e vindo para os garimpos, levando os garimpeiros em busca do tal sonhado ouro fácil. Não se poderia deixar de citar que Itaituba em um dado momento histórico antes de ocorrerem seus desmembramentos para compor novos municípios, foi considerado o maior município do Pará e do Brasil.

Em 1914, Itaituba foi o primeiro município a participar de uma exposição que ocorreu em Londres, na Inglaterra, representando todo o Estado do Pará revelando suas riquezas através de produtos tropicais, e riquezas nativas como a seringueira e a borracha extraída dela, e o guaraná, essa exposição fez com que sociólogos, cientistas, escritores, entre eles Henry Condreaux escrevessem sobre Itaituba e suas belezas e riquezas naturais, como consta nos documentos em anexo nesta pesquisa.

Através do Decreto Estadual nº 4505 de 30 de dezembro de 1943, Itaituba começou um processo de desmembramento, perdendo assim grande parte de seu território, em 1955 foi eleito então o Prefeito Altamiro Raimundo da Silva, juntamente com a Câmara Municipal constituída por sete vereadores na época, e segundo a Lei nº 1127, de 11 de Março de 1955, foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal esse desmembramento em um acordo que ocorreu em 4 de novembro de 1955, então o governo do Estado do Pará, através do decreto nº 1946, de 16 de janeiro de 1956, tornou de vez nulo esse desmembramento. Porém, em 29 de dezembro de 1961 através da Lei nº 2460, Itaituba acabou por ceder parte de seu território para a criação do município de Aveiro, com sede no antigo distrito de Brasília legal, ficando Itaituba com os distritos de Miritituba, Campo Verde, Barreiras e finalmente, em 1991, foram desmembrados de Itaituba o Município de Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão, estes desmembrados exclusivamente do território itaitubense.

2.2 A ANTIGA PREFEITURA MUNICIPAL: O CENTENÁRIO DE UMA CIDADE EM UM PRÉDIO

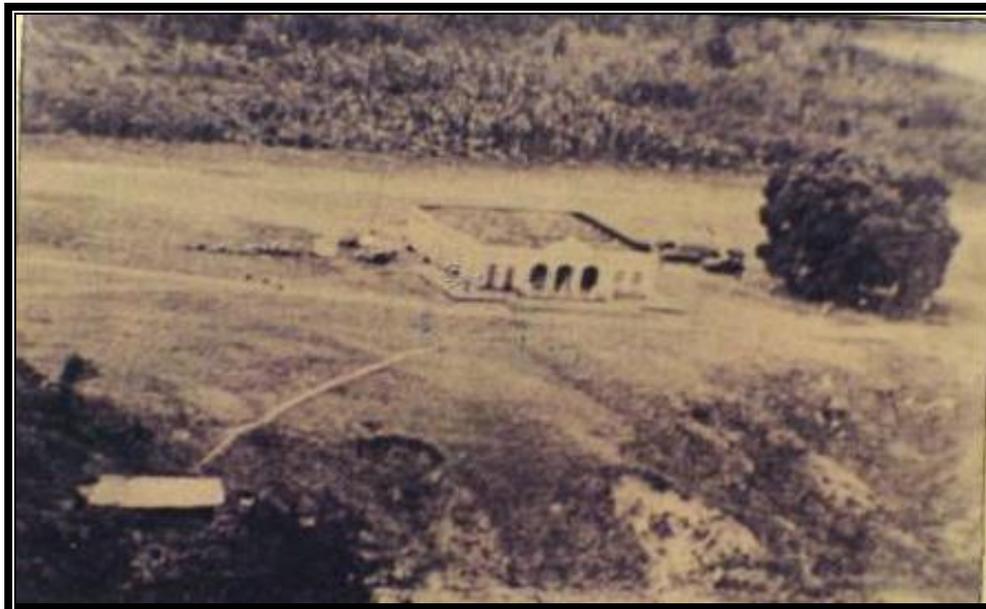
No decorrer do processo histórico de Itaituba, a antiga Prefeitura Municipal sofreu diversas transformações entre as quais está a construção de um prédio que praticamente possuem a mesma época da fundação da cidade, mas antes dele ser construído, o poder político era exercido na Casa da Municipalidade, localizada na avenida Getúlio Vargas, e ao seu lado funcionava o primeiro Hospital Municipal (antigo FNS – Fundação Nacional de Saúde), conforme está demonstrado na fotografia abaixo, onde ainda permanece o mesmo prédio desde sua fundação.



Fotografia 2 Casa da Municipalidade e Antigo Hospital de Itaituba
Fonte Raquel Peres Rocha 2005

Com a obra do Paço Municipal concluída em 1900, sob a ordem de construção com a Lei nº 63 de 6 de junho do mesmo ano, houve a desativação dessa Casa, onde a administração do município passou a ser exercido no Paço Municipal situado na Rua Doutor Hugo de Mendonça. A sua construção ficou sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Itaituba, na época presidido pelo Coronel Victor José Pintos de Campos, tendo como primeiro intendente o deputado Coronel Jose Joaquim Moraes Sarmiento e

o Administrador de Obras o Tenente Leopoldo Augusto de Moraes. Fato a ser observado na fotografia abaixo é a mangueira centenária que já existia ali desde a fundação do Paço municipal e que ainda permanece lá até os dias atuais.



Fotografia 3 Paço Municipal inaugurado no dia 15 de novembro de 1900 no mesmo ano da inauguração da cidade. Fotografia tirada em 1960.
Fonte Museu Aracy Paraguaçu

O Paço Municipal abrigou todos os poderes municipais, e nele havia espaço para a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, a Receita Federal, a Tesouraria, a Contabilidade e o Salão Nobre.

Em 1938, Fortunato Carneiro, passou a administrar a Prefeitura Municipal, na época Itaituba era área de intervenção e os administradores como prefeitos e vereadores e os encarregados dos cargos de chefias municipais em sua maioria eram pertencentes ao corpo militar.

Um dos fatos ocorridos no Paço Municipal foi à passagem da “Caravana da Vitória” propagandista do Governo Getúlio Vargas, em uma das paredes ainda se pode encontrar o registro desse acontecimento:

Em 17 de julho de 1943 passou por esta cidade a “ Caravana da Vitória” portadora da palavra de Ordem do Presidente da Republica Excel. Drº Getúlio Vargas. Na viagem de propaganda da produção da Borracha na

Amazônia, sendo seus componentes os universitários: Luiz Gonzaga Pires, Carlos Alfredo de Lima, João Damasceno, Expedito Pinheiro da Silva, Paulo Coelho, Raimundo Mendonça Filho, Francisco Hélio Nogueira. Inaugurada esta placa em 15 de novembro de 1943 Interventor: Excel. Coronel Joaquim Magalhães Cardoso Barata. Prefeito: Custódio Pereira Ferreira.



Fotografia 4 Placa da Caravana da Vitória
Fonte Raquel Peres Rocha 2005.

Algumas das salas dos fundos da Prefeitura Municipal funcionaram como Presídio (Delegacia) até meados de 1965. Das muitas histórias que esta parte do prédio guarda, está aquela que fala das fugas de presos que foram consideradas extraordinárias para a época, como é o caso de Francisco Lopes Macedo e Cametá.

Francisco Lopes Macedo, pai do ex-prefeito Silvio de Paiva Macedo, foi acometido de uma perturbação mental, devido a problemas emocionais, como o término de seu casamento, o vício do álcool, tanto que um tempo chegou a morar na beira do rio em uma canoa e era conhecido como o “velho do rio” e para tentar controlar a situação seu filho Silvio Macedo, resolveu colocá-lo preso em uma das celas da delegacia que funcionavam no prédio da prefeitura, pois a cidade não tinha médicos especialistas nesse tipo de tratamento na época assim ficaria vigiado e protegido. Em uma ocasião ao servirem sua alimentação, esqueceram de recolher a colher que o mesmo escondeu-a e usou-a para cavar as paredes da cela em que estava, e com a água molhava a parte em que cavava todos os dias até conseguir fugir, relato este

confirmado por seu filho Silvio Macedo como sendo verídico. Conta-se que, um dos presos conhecido por “Cametá” também apreendeu em fuga, de uma forma extraordinária, diga-se de passagem, até cômica, conseguiu fugir pelo telhado e foi para a parte da entrada do prédio, onde existem três mastros para as Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal; assim chegou até os mastros e desceu pela corda de nylon que estava na Bandeira nacional e depois disso, nunca mais se teve notícias dele no município. A fotografia abaixo é o local onde teria ocorrido a provável fuga espetacular.



Fotografia 5 Antiga Prefeitura Municipal Denominada: Paço Municipal
Fonte Raquel Peres Rocha em 2005.

Em 1960, o forro do prédio caiu e o arquiteto contratado não conseguiu restaurá-lo igual ao piso que tinha o mesmo desenho imitando o modelo, sendo assim foi construído um novo forro. Em 1976, com o apoio do governador Aluisio da Costa Chaves, o Prefeito Altamiro Raimundo da Silva recuperou o prédio. Ali também ocorriam grandes bailes no Salão Nobre que era um ponto de encontros de amigos da cidade, pois o município ainda não tinha um local apropriado para realizar festas, então utilizavam o Salão Nobre para tais acontecimentos, um dos fatos a serem ressaltados que ocorriam neste salão nobre eram as discussões que ocorriam em duas tribunas que ali haviam de um lado e do outro, nos dias de audiências da Câmara de vereadores, e os mesmos respondiam aos questionamentos um de cada lado.

Outro fato que marcou este salão nobre foram as grandes recepções que ali ocorriam, nas quais, as funcionárias como dona Itahy ficavam aguardando os convidados na porta com suas colegas de trabalho e, depois, encaminhavam os mesmos até suas respectivas mesas e tinham que ficar a noite inteira recepcionando e atendendo os convidados nesses bailes. O salão também recebeu a visita de ilustres convidados como alguns presidentes como o presidente Garrastazu Médici e o governador Alacid Nunes. Mas talvez a visita mais importante que este salão nobre tenha recebido e, é pouco conhecida pela maioria da população Itaitubense, seja a visita de duas Princesas Europeias que vieram até Itaituba e foram recebidos neste Salão nobre com uma grande recepção para as mesmas. Esses são lembrados por dona Itahy que foi servidora publica neste prédio, por mais de trinta anos, e na época era criança, mais lembra claramente dos navios chegando com as duas no cais de arrimo da cidade na época.



Fotografia 6 Salão nobre do Paço Municipal depois da reforma de 1976
Fonte Raquel Peres Rocha em 2005.

No ano de 1978, as outras repartições que funcionavam na Prefeitura, como o Presídio, as Agências de Aviação e a Receita Federal, começaram a ganhar outros espaços e a se dividirem, saindo assim do prédio, ficando somente a Prefeitura e suas repartições internas.

Segundo alguns entrevistados relataram que por volta de 1982 a 1985, no mandato do então prefeito Francisco Xavier Lages de Mendonça, houve um vazamento que não sabem dizer se foi acidental ou criminoso no teto, em, uma das salas, onde se arquivava os documentos da Prefeitura. E, com isso todos os papéis se molharam e se dissolveram com a chuva e uma grande parte de informações foi perdida devido a esse acontecimento. Porém há outros desses entrevistados que afirmam não ter sido uma chuva e sim um incêndio desses documentos o que ocorreu, pois os incendiários alegaram na época, que os mesmos eram desnecessários, ocupando espaço e atraindo animais como ratos e baratas, por isso foram incendiados, mas houve logo em seguida, o início de uma investigação sobre isso que não deu em nada e este fato ficou no esquecimento.

No mandato de Silvio de Paiva Macedo, em 1986, mais uma vez, o prédio foi todo restaurado. Após ele assumir a prefeitura, na época, ainda os funcionários recebiam seus salários na tesouraria do prédio, pois não existiam bancos que efetuassem essa função.

As imagens abaixo representam uma releitura da vivência arquitetônica do passado, nesse patrimônio centenário, e algumas de suas repartições que já funcionaram nesse prédio.



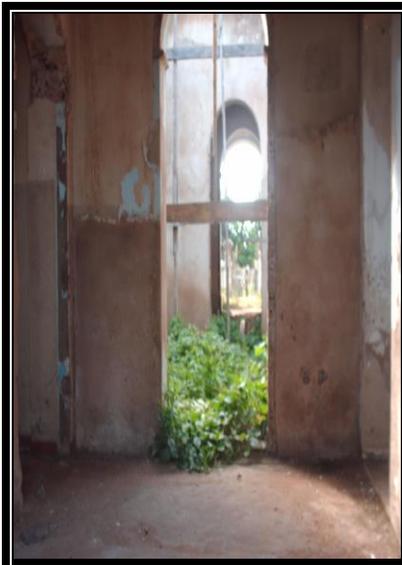
Por volta de 1998 na administração do prefeito Edílson Dias Botelho ocorreu a mudança da Prefeitura para o novo prédio localizado na Travessa 15 de Agosto, onde permanece até hoje.

Atualmente, o prédio recebe o nome carinhoso de “prefeitura velha” e abrigou até 2007 a Casa do Cidadão, no espaço onde antigamente, funcionava o presídio/delegacia; a Junta Militar onde era a antiga Tesouraria; e a Diretoria de Cultura onde funcionava a Contabilidade.

Atualmente, o prédio encontra-se fechado não funcionando mais nada em suas dependências, somente um vazio e uma triste realidade com o descaso em relação a este patrimônio. No entanto, esse quadro talvez seja revertido, pois há uma possibilidade de um convênio ser firmado entre Prefeitura de Itaituba e a Cosanpa – Companhia de Saneamento do Pará, que irá restaurar o prédio, nos padrões originais de sua fundação. Está com sua estrutura comprometida devido à ação do tempo e muitas partes estão deterioradas, sendo que onde o museu Aracy Paraguaçu funciona, atualmente, passará a funcionar no Paço municipal, depois de sua reforma e a prefeitura entrará com um termo de Comodato para a Cosanpa utilizar o atual espaço do Museu Aracy Paraguaçu conforme suas necessidades, e a mesma entrarão com uma quantia determinada pelo convênio na recuperação do prédio. Isso significa que ainda se espera um belo futuro para o local, assim como tantas outras cidades que seus prédios de prefeituras antigas abrigam os museus locais, espera-se que o mesmo possa vir a ocorrer na cidade de Itaituba.

O texto acima foi escrito em 2008, no entanto a realidade atualmente é pior ainda, tendo em vista como foi mencionado, o convenio realmente foi firmado e a reforma do paço municipal realmente começou, porém, até o momento da realização desse trabalho ainda esta por concluir. No local iniciaram uma reforma de qualquer jeito, sem os devidos cuidados para a preservação da arquitetura original, como também foi demolido todo o teto, e todo o chão, do mesmo restando apenas às paredes que não sei, por quanto tempo mais irá agüentar, com chuva e sol. Tendo em vista que a obra hoje se encontra abandonada, e parada. Não sabendo qual será o futuro da mesma, a reforma iniciou no mandato do gestor Walmir Climaco de Aguiar que assumira a prefeitura após a cassação de Roseilto Soares definitivamente em 2010, em 2011 e 2012 a mesma ficou paralisada. Em 2013, assume uma nova prefeita Eliene Nunes,

aguarda-se então que as obras retomem e consigam terminar a reforma do prédio, que abrigará futuramente o museu da cidade de Itaituba.



Fotografia 8 Algumas Repartições da Antiga Prefeitura Municipal de Itaituba com a reforma interrompida.
Fonte Raquel Peres Rocha em 2013

2.3 PRAÇA DO CONGRESSO

Na década de 1970, Itaituba experimentou um grande desenvolvimento em todos os sentidos, isso tudo graças ao período do ouro que se encontrava no auge, e assim muitos dos patrimônios históricos que a cidade tem ou teve, foram construídos, nesta época, exemplo disso são as praças mais antigas do município.

No ano de 1975, planejou-se realizar o 1º Congresso Eucarístico de Itaituba nos dias 25 a 28 de setembro no qual o Bispo Prelado Dom Tiago Ryan veio a nossa cidade para a celebração desse Congresso. E, na falta de um lugar apropriado, o então prefeito Altamiro Raimundo da Silva ordenou o soterramento de uma antiga lagoa, a qual durante a época de inverno transbordava muito e atrapalhava a locomoção das pessoas e dos carros. E, quando ela “alagava” os moradores precisavam passar neste trecho de canoa ou então tinham que molhar as roupas, quando tinham que ir ao centro levar os filhos à escola ou mesmo fazer compras, as mães atravessam com a água no joelho ou se molhavam, quando não tinha nenhuma canoa disponível na margem para atravessar esta lagoa.

Em virtude desse transtorno o local foi escolhido para a construção dessa praça que ficaria situada entre a Rua Nova de Santana e as travessas Victor Campos e 15 de Agosto, porque seria o encontro das ruas e bem no centro da cidade.



Fotografia 9 Praça do Congresso em 1979
Fonte José Whilterlan Lima Azulino.

No plano inicial, esta praça ficaria no centro da cidade e representaria a união de todos os bairros, já que todos os caminhos levavam àquele lugar. Somente na administração do Prefeito Silvio de Paiva Macedo, a Praça foi concretizada e inaugurada em julho de 1988; Ao contrário do que se encontra em algumas fontes oficiais, que contam como data de inauguração desta praça sendo dia 28 de setembro de 1985, conforme informação do próprio Silvio Macedo, pois neste período de 1985 estava ainda concorrendo às eleições para prefeito municipal, e só assumindo em 1986.

Como o congresso havia sido realizado neste local resolveu-se nomeá-la Praça do Congresso, tanto que ao observarem-se os símbolos construídos nessa praça que é a cruz que simboliza a igreja católica, o C de Congresso Eucarístico e ao redor há um grande círculo que segundo moradores da época simboliza a hóstia consagrada, símbolos estes da igreja católica que confirmam o porquê da escolha do nome da praça.

Este fato foi confirmado pelo prefeito da época, Silvio Macedo, que disse ser verdadeira a simbologia dos monumentos erguidos nesta praça e que também ocorreu a escolha por ele ser católico fervoroso, como pode ser constatado na fotografia abaixo. Na administração de Edílson Dias Botelho, foi realizado os trabalhos de arborização e jardinagem da mesma.



A cruz = simboliza o catolicismo o C de Congresso eucarístico e o Círculo a Hóstia consagrada

Fotografia 10 Praça do Congresso
Fonte Raquel Peres Rocha em 2008.

Ao realizar o retorno da pesquisa nesta praça, verifica-se que, a mesma continua em condições precárias, desde de 2008, a mesma nunca foi reformada, ou reconstruída, como alguns preferem colocar. A deterioração é visível, os bancos já foram quase todos quebrados, não há iluminação pública na mesma, o local fica no centro da cidade, mesmo assim esta totalmente abandonado pelas autoridades municipais e pelos munícipes de Itaituba. Há um projeto de reforma da atual Gestora para o ano de 2013/2014. No entanto atualmente são apenas projetos.



Fotografia 11 – Praça do Congresso em 2013.
Fonte Raquel Peres Rocha em 2013.

2.4 PRAÇA DO CENTENÁRIO - FONTE MONTEIRO LOBATO



Fotografia 12 Praça do Centenário em 1929
Fonte Museu Aracy Paraguaçu 2008.

A Praça do Centenário foi construída em um terreno que era utilizado para curral de bois pertencente ao Benedito Correa de Souza, que, posteriormente, veio a ser perfurada dando início a uma história de cumplicidade dos moradores com o local. Muitos casais se conheceram banhando-se nessa perfuração, antes da praça ficar pronta, ou simplesmente indo até os lanches e a padaria ou sorveteria que ficavam ao lado dela. Como havia a perfuração dessa água, alguns moradores colocaram tábuas de um lado e do outro e sentavam lá, tomando banho, e ao entrarem na água não afundavam, mas como tinham medo, preferiam banharem sentados nessas tábuas, segundo relatos de Itahy Couto que inclusive várias vezes banhou nessa fonte.

A praça teve sua construção iniciada em novembro de 1898, na administração do Intendente José Joaquim de Moraes Sarmiento. No dia 11 de Junho de 1900, foi criada a lei nº 71, aprovando créditos suplementares de quarenta e três mil quinhentos e nove e novecentos e vinte e sete reis, verba para a conclusão dessa Praça Municipal, no entanto, sendo construída somente a fonte. A praça recebe o nome de Praça do Centenário em homenagem aos Cem anos de fundação do Município de Itaituba. Na administração do Prefeito Altamiro Raimundo da Silva houve uma reforma e no dia 15

de dezembro de 1956, quando Itaituba fazia seus 100 anos, a praça era inaugurada como Praça do Centenário.

Segundo a Lei Municipal nº 172, de 14 de Novembro de 1955, foi autorizado, a construção de uma praça, esta que já estava iniciada em 1898 e que já tinha a fonte Monteiro Lobato como foi citado acima. A fonte já havia sido construída mesmo antes de se planejar em construir uma praça no local, e segundo artigo 1º desta Lei ela seria construída onde ficava situada a fonte Monteiro Lobato, em seu artigo 2º, a praça teria a denominação de Praça do Centenário. Esta lei foi votada na sessão da Câmara Municipal, segundo solicitação do Poder executivo. A sessão foi Presidida por Francisco Xavier Lages de Mendonça, presidente em exercício, no dia 14 de novembro de 1955, e depois de sua inauguração, no ano de 1957, segundo a Lei municipal nº 210 de 16 de maio desse mesmo ano, foi aberto crédito especial de Cr\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros) para atender o pagamento das despesas efetuadas com a construção da Praça do Centenário, sessão esta presidida por Teófilo Olegário Furtado, na Câmara Municipal de Itaituba no dia 16 de maio de 1957.



Na época da inauguração participaram várias autoridades como: Benedito Correa de Souza, Coletor Estadual na época, também proprietário de toda a extensão em torno da praça, ou seja, onde atualmente existem alguns bares, restaurantes e

lanches. Esse cedeu o espaço para a construção da Praça e da Escola Alice Carneiro que fica localizada na frente da mesma, e tinha sua residência onde hoje funciona o Ceará do Peixe, Sebastião Teodomiro da Costa, conhecido como Bazinho, Doutor Valter Dalcâ, Juiz de Direito, Teófilo Olegário Furtado, farmacêutico, e o prefeito Altamiro Raimundo da Silva, além de várias personalidades, estiverem presentes, filhos de Itaituba que, na época, residiam em Belém.

Na época da Inauguração da Praça do Centenário, Itaituba vivia exclusivamente da extração da Borracha, castanha do Pará, pé de Fantasia, pé de silvestre, sernabi. O comércio na cidade era muito pouco ainda, e o comércio funcionava em Fordlândia porque a Companhia Ford estava funcionando por lá a pleno vapor. São Luis do Tapajós tinha a firma Alto Tapajós, que depois passou se chamar Roda Pinto e Companhia, que também trabalhava na extração da borracha e da castanha do Pará. Todos os meses, vinha um navio direto de Belém para São Luis do Tapajós para pegar a borracha e trazer mercadorias.

Todos os funcionários que trabalhavam nessas firmas vinham para Itaituba, todos os anos, nas festas que aqui tinham como a da santa. E um dos prefeitos que tentou canalizar a água para sua residência da praça do centenário foi seu Tibiriçá de Santa Brígida que não obteve muito êxito também, porque os canos que ele usou, apesar de serem de ferro foram dissolvidos devido à alta temperatura da água e das substâncias químicas da mesma, agüentando somente dois meses, assim como havia feito Altamiro da Silva quando foi prefeito municipal, que também fez uma canalização para sua residência de cano de PVC, mas não obteve êxito, os canos não suportaram a alta temperatura da água.

A Praça do Centenário, por algum tempo ficou sem fluir suas águas termais, devido ao acúmulo de lixo jogado em suas fontes pelos moradores. Em 1956, um ex-presidiário, se ofereceu para limpar o furo que não mais jorrava água; o sujeito mergulhava na água quente numa temperatura cerca de 39º graus até onde seu fôlego agüentava e retirava latas velhas, cascos de refrigerante e cerveja, pedaços de madeira, inclusive panos de “bode” como alguns moradores chamam o período menstrual das mulheres e outras sujeiras; uma tarefa árdua e de muita paciência devido à alta temperatura da água, que era muito quente, mas que finalmente, resultou em

sucesso, fazendo com que água da sonda voltasse a fluir novamente, isso um ano antes de sua inauguração.

Na praça fica localizada uma fonte de águas cristalinas, proveniente de uma perfuração petrolífera antiga, interceptando fraturas onde havia circulação de águas termais, minerais e sulfurosas. Pelas informações que se tem, que essa perfuração foi realizada pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil – SGMB, sob a orientação do pesquisador Pedro de Moura, que iniciou sua perfuração em 27 de dezembro de 1929, concluindo a mesma, em 10 de setembro de 1930, com 360 metros de profundidade. Esse poço foi identificado como a sondagem nº 88, e segundo os moradores da época, essas perfurações visavam encontrar petróleo no município. Este poço foi perfurado na praça do centenário e de lá foi construída uma estrutura precária de escoamento desta água termal para a beira do rio, lugar este que ficou conhecido como Sonda Bar. Portanto a origem dessa água é do furo feito na Praça do Centenário e não na Praça do Seresteiro. Quando o governador Alacid Nunes vinha à Itaituba gostava de tomar banho nas águas da sonda, inclusive, a fotografia abaixo mostra isso, em uma das suas visitas, ao vir fiscalizar a obra do trapiche, na época do então prefeito Tibiriçá de Santa Brígida, em 1964. O governador é o quarto da esquerda para a direita, bem ao centro.



Fotografia 14 Governador Alacid Nunes banhando-se no sonda Bar em 1964
Fonte Tibiriçá de Santa Brígida Cunha 2008.

A água termal sulfurosa e mineral, com propriedades medicinais para fins terapêuticos, vem de uma vazão desse poço que jorra, na superfície do terreno é de 9,0 m³/h e sua temperatura determinada na emergência 38,1°C, sendo classificada como água hipertermal, de acordo com o código de águas do DNPM. Nas águas são encontradas as substâncias de resíduo seco 1.476 mg ou 1,476 g/l; há também brometo 0,695mg, boro 0,13mg e lítio 0,596mg, que confere a essas águas propriedades minerais. A produção de cloreto de sódio dessa fonte atinge o valor diário de 238,985kg ou 7,169 toneladas por mês, fora outros elementos que ainda não foram analisados e que podem ter relevância econômica para a cidade.

A água da fonte Monteiro Lobato é um patrimônio histórico cultural de Itaituba e, por muitos anos, ajudou a compor e completar o quadro de embelezamento da cidade. A praça, como mostra as fotografias, foi revitalizada, mas devido a um desmoronamento a água termal parou de fluir. Não se sabe se esse quadro, futuramente poderá ser revertido mais uma vez, tanto que o chafariz da Orla não está fluindo água, pois o furo é na Praça do Centenário que era direcionado para lá, quando tinha o Sonda Bar.



A Praça do Centenário Fonte Monteiro Lobato, atualmente assim como os outros patrimônios pesquisados está abandonada, como pode ser visto na imagem abaixo, os

bancos estão quebrados, o mato cresce ao seu redor, e a fonte de águas sulfurosas nunca mais jorrou, apesar dos esforços, de retomar a fonte da água, o veio da mesma não foi mais encontrado. Há também projetos para a revitalização da mesma pela atual gestora. No entanto são apenas projetos de revitalização. A população também não tem contribuído muito para a conservação dos mesmos. Pois depredam, destroem, picham, danificando assim a estrutura do local.



Fotografia 16 – Praça do Centenário em 2013.
Fonte Raquel Peres Rocha em 2013.

2.5 PRAÇA WILSON DE ANDRADE UCHOA

A frente da cidade de Itaituba antes, não possuía nenhuma estrutura, mesmo assim, teve um trapiche anterior ao trapiche construído no Mandato de seu Tibiriçá que ficava em frente ao antigo prédio do Samuca. Muitos navios atracavam no porto desse trapiche, vindo de Belém e na descida do rio faziam muitas paradas nessas comunidades ribeirinhas. Eles vinham trazer mercadorias e buscar material extrativista como a seringa para fazer borracha, e esses navios eram movidos a vapor. Em um deles foi que vieram as Ilustres visitantes princesas Européias.

A frente da cidade também, segundo moradores da época, era muito bonita, pois as pedras podiam ser vistas ao longo da beirada do porto. Muitas famílias possuíam seus banheiros particulares ali; conforme o rio vinha, os banheiros sobre duas rodas e de madeiras eram empurrados para cima; Quando o rio descia, os banheiros eram levados e quem não tinha pedia emprestado a chave, trocavam de roupa neles, que também era usados para lavar roupas pelas mulheres, e depois devolviam as chaves. Mas com a construção do cais esses banheiros móveis foram extintos.

Algo a ser registrado é que, muitas vezes encontrava-se pepitas de ouro na frente da cidade, mas nunca houve casos de furarem as ruas para procurarem o tão precioso metal, como alguns contam. Na época em que a mineração estava em seu pleno auge, à frente da cidade, por volta de 1958, ficou muito feia, pois a lama que vinha dos garimpos ficava toda aqui e ficava muito ruim de se tomar banho ou até mesmo lavar roupas, que alias na sua grande maioria, eram mandadas lavar em paris, na França, por aqueles que tinham mais condições financeiras.

Por volta de 1986, o então prefeito da época, Silvio de Paiva Macedo, inaugurou a Praça do Garimpeiro ou Seresteiro como ficou conhecido, localizada entre a Barraca da Santa e antigo Sonda Bar, um ponto de encontro da sociedade de Itaituba, principalmente os amantes da boa música. Ao longo da Praça havia monumentos que representavam a luta dos garimpeiros. A escolha do nome dessa praça foi devido a Wilson Andrade Uchoa ser um garimpeiro desbravador na época, e muito conhecido, além de ser amigo de muitas pessoas na cidade, inclusive do Silvio Macedo que construiu toda a extensão dessa praça à beira do rio, inclusive plantou as árvores frondosas em toda a extensão da nova orla de Itaituba. A praça também possuía um

parque com balanços e escorregador para as crianças se divertirem as tardes próximo ao sonda bar.

Ao centro, existia um monumento com o nome das principais compras de ouro da época e do Sonda Bar para a direção do Porto da Balsa. Existia a praça denominada Praça do Seresteiro, freqüentada por todos os músicos locais, nas noites de sexta-feira e sábado. Havia um pequeno parque onde as mães levavam seus filhos para brincarem nos fins de tarde, enquanto outros aproveitavam para banhar-se nas águas sulfurosas das perfurações da sonda.

Ali freqüentavam os principais músicos da época como Black Eixo, Edson Fred, Silvio Macedo, Tomazia Oliveira e outros filhos da cidade pepita, inclusive havia ali um monumento com um violeiro que representava um antigo músico da cidade o popular “Cacau” de tradição no município.

Segundo a Lei Municipal nº 1063/89 foi dado um único nome as duas praças, Wilson de Andrade Uchoa, situada ao lado do Sonda Bar, onde se encontra o monumento do músico. Lei esta que dizia: a partir do dia 13 de junho de 1989, segundo essa lei artigo 1º, fica denominado de Praça Wilson de Andrade Uchoa, o logradouro público situado ao lado do Sonda Bar onde se encontra também um monumento de um músico. O artigo 2º, diz: que no lugar do Musico será erguido um busto do garimpeiro Wilson de Andrade Uchoa, a ser confeccionado pelo USAGAL – União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal, e o artigo 3º, diz que a Prefeitura Municipal de Itaituba, tomaria a seu encargo a identificação da referida praça, afixando-se a uma placa com o nome mencionado no artigo 2º. E o artigo 4º que finaliza esta lei, dizendo que ela entraria em vigor na data de sua publicação, dia 27 de junho de 1989, em sessão esta presidida pelo Presidente da época Emilio Carlos Picardo. Observa-se que esta lei nunca foi realmente aplicada, pois até recentemente, antes do inicio da nova orla, tudo estava como antes e esse nome praticamente é desconhecido pela maioria dos habitantes do município e, poucos sabem que as mesmas são uma só praça.

A praça tinha o monumento do músico “Cacau”, assim conhecido pelos amigos, Antônio Caetano dos Santos era paraense, natural da comunidade de São Luiz do Tapajós, nascido em 10/11/1940. Por volta de dois anos de idade aprendeu a tocar, seu primeiro instrumento, violão como bem retrata a fotografia abaixo; foi funcionário público

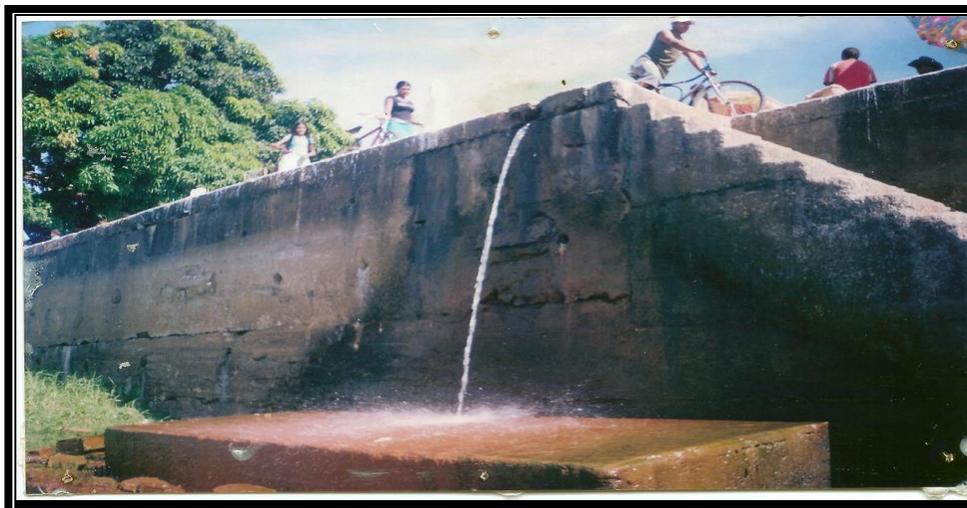
do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, lotado na R 2/6- Itaituba. Faleceu no dia 22/10/1978 em um acidente de carro, na popular curva da morte. Era músico profissional, casado com Nair de Sousa Santos, tiveram seis filhos juntos, que, na sua maioria, também se tornaram músicos, como o Sildomar Santos. Cacau era filho de Lázaro dos Santos e Joanilha Caetano dos Santos, tendo iniciado sua carreira artística aos oito anos de idade. Quando ele faleceu, toda a cidade parou para seu velório, e, oito anos depois de sua morte, em homenagem ao amigo, o então prefeito Silvio Macedo mandou erguer este monumento, em sua homenagem, que posteriormente, foi demolido, em virtude da construção da orla da cidade.



Fotografia 17 Praça do Seresteiro estatua do Violeiro Cacau
Fonte Museu Aracy Paraguaçu

Há mais ou menos uns quinze anos atrás ainda se podiam ver pessoas descendo em direção ao rio Tapajós, levando sua toalha nos ombros e sabonete para aproveitarem as noites de racionamento de energia, pois Itaituba ainda não tinha energia elétrica permanente. Os moradores iam para banhar-se nas águas da sonda, que era um ponto tão popular que se fez até uma praia artificial na beira do cais, chegando a entrar alguns metros rio adentro. E, nessa praia, as pessoas se

encontravam para se divertirem, praticar esportes, como o vôlei, futebol de areia, até de madrugada, pois havia umas luminárias no local para facilitar a vida de quem freqüentava o lugar à noite.



Fotografia 18 – Perfuração onde Jorrava a água sulfurosa denominada “água da Sonda” por volta dos anos 90.
Fonte Museu Aracy Paraguaçu em 2011.

Devido o início da construção da orla da cidade, o então Prefeito Benigno Olazar Reges pediu a retirada dos bares e lanchonetes que existiam na praça, e assim foi derrubando toda sua estrutura com seus monumentos históricos, como o dos Dez Mandamentos, e o da Bíblia que era voltado para o público evangélico freqüentador da praça e, tudo que ali fora construído, ficou somente na memória dos moradores mais antigos e nas fotos tiradas dali.



Último monumento



Sem os monumentos



Sonda antes da fonte



Praça em construção da orla

Fotografia 19 Praça do Garimpeiro
Fonte Raquel Peres Rocha em 2005.

Após o término das obras na orla de Itaituba, não restou nenhum monumento em pé, que contasse um pouco da história da cidade, restando apenas nas lembranças dos moradores mais antigos. E, se não for resgatado se perderá com o tempo e com o falecimento dessas pessoas. Atualmente, a Praça Wilson Andrade Uchoa está revitalizada, porém, a fonte ainda não está jorrando sua água sulfurosa, devido ao desmoronamento que houve na Praça do Centenário. Espera-se, porém, que futuramente este problema possa vir a ser sanado, e novamente ali seja um ponto de beleza, encontro e momentos agradáveis com a família e os amigos, como fora em outras épocas.



No lugar do último símbolo



Atualmente sem monumentos



Água recanalizada para essa fonte



A nova praça

Fotografia 20 Praça Wilson Andrade Uchoa atualmente em 2008
Fonte Raquel Peres Rocha em 2008.

O retorno da pesquisa na referida praça, demonstra que a população de Itaituba, tem pouco apreço pela sua historia e muito menos ainda pela conservação de seu patrimônio publico, a praça apesar de ter sido revitalizada a menos de quatro anos, já demonstra estragos permanentes, o lixo é jogado constantemente nas ruas, várias áreas estão em deterioração, bancos depredados, e quiosques ainda não funcionam como deveriam, há um trecho que já foi modificado para os barcos encostarem, tendo em vista que o hidroviário da cidade, também precisa ser reformado e esta interditado. No entanto não há projetos para revitaliza atualmente, somente um para revitalização do hidroviário da cidade. E a fonte de água sulfurosa nunca mais voltou a jorrar ali. Apesar de que em 2012, uma água jorrou da fonte principal, mas a maioria dos moradores da cidade não acredita que seja mais a água sulfurosa de antigamente, pois é muito diferente e nem é mais quente.



Fotografia 21 Praça Wilson Andrade Uchoa atualmente em 2013
Fonte Raquel Peres Rocha em 2013

2.6 PRAÇA VITOR CAMPOS



A Praça Coronel Vitor Campos, foi construída na administração do Prefeito Sílvio de Paiva Macedo e inaugurada em 15 de dezembro de 1986, no dia do aniversário da cidade e situa-se na Rua Doutor Hugo de Mendonça, ao lado do antigo Paço Municipal, local onde funcionava a Prefeitura do Município de Itaituba.

Esta Praça foi construída no local onde já existia um monumento erguido anteriormente pelo tenente coronel Raimundo Pereira Brasil, em 1910, em homenagem ao fundador da cidade Joaquim Caetano Correa, e no cenário original da construção do busto, existiam três Palmeiras Imperiais que eram símbolos maçônicos, mas no decorrer dos anos foram extintas sem darem explicações à população.

O local, popularmente, é conhecido como Praça Joaquim Caetano Correa, ou Praça da Bandeira ou pelos mais jovens a Praça Verde. Mas a maioria da população não conhece seu verdadeiro nome como ocorre em muitos locais públicos do município de Itaituba, ela continua sendo um local de encontro de famílias para tomarem uma “cuia de tacacá” ao pôr do sol e ponto de encontro de casais de namorados à sombra de sua mangueira centenária, que já estava lá, quando o Paço Municipal foi inaugurado

em 1900, e ainda permanece ali como símbolo de beleza. Em 2007, quando a praça foi revitalizada, esta mangueira recebeu uma iluminação especial que à noite, pode ser vista e deixa mais linda ainda a paisagem da Praça Vitor Campos, ela serve como ponto de concentração nos desfiles do dia sete de setembro; Enquanto os alunos esperam sua vez de descenderem para a Avenida Getúlio Vargas, os mesmos ficam à sombra de sua mangueira, aproveitando a beleza que a mesma oferece. A mangueira é testemunha silenciosa de muitos fatos do município de Itaituba, e provavelmente, ainda testemunhará muitos outros, como demonstra fotografia abaixo, com sua esplendorosa beleza.



Fotografia 23 Praça Vitor Campos em 2008
Fonte Raquel Peres Rocha em 2008.

Percebe-se que a Praça Vitor Campos foi construída ao redor do monumento onde está erguido o busto do fundador, da cidade, Joaquim Caetano Correa. Como presente aos festejos alusivos ao aniversário do município, o monumento é considerado tão antigo quanto à fundação da cidade, pois quando ele foi erguido Itaituba praticamente não tinha ruas, somente umas duas ou três.

Esta foi erguida pelo Tenente Coronel Raymundo Pereira Brazil, em 12 de outubro 1910, dez anos após a inauguração do Paço Municipal, fato que é comprovado

através da inscrição no próprio monumento, como pode ser visto na segunda fotografia abaixo.



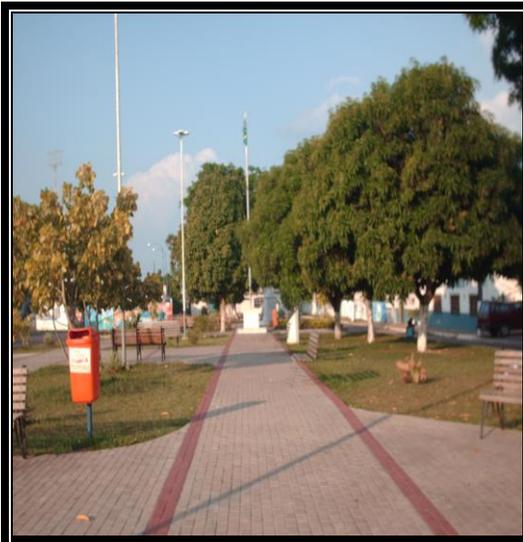
Um ano após a praça ter sido revitalizada e recuperada pela Prefeitura de Itaituba, na Administração do Prefeito Roselito Soares, em 2008 esse busto centenário foi derrubado e depredado por vândalos na cidade. A colaboradora Itahy Couto relatou que quando ligou sua televisão e viu a notícia no jornal que haviam derrubado a cabeça do fundador da cidade, quase morreu do coração de tão nervosa que ficou, pois o busto é dez anos mais velho que ela, conforme lembrou, o busto foi mandado fazer em Londres, na Inglaterra. Ela ficou pasma ao ver o descaso da juventude quanto à memória e a conservação da história através dos mesmos e a falta de consciência desses jovens e dos pais deles. Se os mesmos soubessem o real valor de um monumento desses jamais fariam tal agressão aos moradores da cidade. Isso demonstra que os pais não repassam esses valores de consciência histórica da cidade, e a importância desses locais para o resgate da historiografia itaitubense.

Atualmente foi reformado e colocado de novo no lugar, sendo que os vândalos foram obrigados a arcarem com as despesas da reforma do mesmo que, aproximadamente custou dois mil reais. Essa atitude de responsabilizar quem depredar, ou destruir o patrimônio público, nos faz perceber que os cidadãos Itaitubenses estão se tornando mais conscientes quanto à conservação de sua memória através dos mesmos.

Atualmente, a praça está de cara nova, após sua revitalização. Espera-se que possa ser conservada assim, ainda por muitos e muitos anos, sendo testemunha de muitos outros eventos que ainda irão ocorrer nesse local.



As três palmeiras voltaram



Praça revitalizada



Entrada da praça



Busto reformado

Fotografia 25 Praça Vitor Campos em 2008
Fonte Raquel Peres Rocha em 2008.

A Praça Victor Campos havia acabado de passar por uma reforma em 2008, no entanto, atualmente a mesma está no mesmo estado das outras praças pesquisadas, em estado de abandono deteriorada, um pouco mais conservada que as outras, mas mesmo

assim, não esta devidamente conservada e preservada, pichada e não possui mais iluminação pública, como também a conservação e limpeza verifica-se que não é algo constante no lugar. Como pode ser visto na figura abaixo.



Fotografia 26 Praça Vitor Campos em 2013
Fonte Raquel Peres Rocha em 2013

2.7 PAVILHÃO DE EVENTOS CULTURAIS: EDVALDO DE PAIVA MACEDO



Edvaldo e Mônica sobrinhos do Silvio de Paiva Macedo

Fotografia 27 Primeira Barraca da Santa
Fonte Museu Aracy Paraguaçu 2008

Na época em que o período do ouro estava no auge em Itaituba, de 1948 a 1958, era normal as embarcações dirigirem-se todos os dias a garimpos e destes retornarem carregados de ouros extraídos nesses locais. Em certa ocasião, segundo alguns moradores locais contam, um desses barcos naufragou próximo à Comunidade de São Luis do Tapajós. Ele levava consigo toda a riqueza extraída do garimpo naquele período. Então, o proprietário vendo-se desesperado com o ocorrido, rogou a nossa Senhora Sant'Ana, padroeira do Município, e prometeu a ela que se encontrassem o seu barco e o ouro, construiria uma barraca em sua homenagem. Esta barraca ficaria para sempre sobre o solo Itaitubense, como lembrança desse período e prova do poder que a santa possui sobre seus protegidos.

Como a graça foi alcançada, a barraca foi construída em frente ao Rio Tapajós, nas proximidades da Igreja Matriz que leva o nome da Santa. Há quem diga que aquele que, quem ousar derrubar a barraca deve se preparar para enfrentar um castigo divino.

No entanto, isso são apenas lendas, pois uma das moradoras mais antigas que, inclusive, mora na frente da barraca há mais de trinta anos, confirmou que a mesma foi erguida pelo então prefeito Silvio de Paiva Macedo, como consta nos registros das leis municipais da Câmara de vereadores. Era erguida de madeira e palha, como demonstra a fotografia acima, somente na época dos festejos de Santana, em julho.

A Lei Municipal nº 1033/88, de 18 de julho de 1988, traz a denominação ao Pavilhão de Eventos Culturais, edificado frente à igreja Matriz de Sant'Ana, nesta cidade de Itaituba Estado do Pará. O artigo 1º, desta Lei fica denominado Edvaldo de Paiva Macedo, o pavilhão destinado a acolher eventos culturais em nosso município, construído pelo Executivo na Avenida Getúlio Vargas, em frente à igreja Matriz de Santana, pelo então prefeito Silvio de Paiva Macedo no dia 21 de julho de 1988.



Considerando que o prefeito da época Silvio de Paiva Macedo, era devoto de Nossa Senhora de Santana, resolveu construí-la de alvenaria, pois quando chegava o festejo tinham que construí-la de madeira e era uma correria aprontá-la a tempo dos festejos, ele resolveu construí-la sendo inaugurada em 15 de dezembro de 1988, em comemoração aos festejos do aniversário da cidade de Itaituba. Na inauguração foi entregue a representantes da igreja católica, pelo prefeito, o pavilhão denominado

Edvaldo de Paiva Macedo, irmão do então prefeito no dia de sua inauguração foi colocado uma placa solene com esta denominação, mas com o passar dos anos e com a entrada de outros mandatários, esta placa foi arrancada e este nome perdeu-se no tempo, sendo conhecido o local somente como Barraca da Santa. Essa barraca na sua construção original tinha pela parte de trás banheiros que eram utilizados por todos que freqüentassem a orla da cidade. Mas com sua revitalização após o término da orla, sua estrutura permaneceu a mesma, e os banheiros foram retirados, devido à falta de higiene da maioria da população freqüentadora do local, que utilizava o espaço inapropriadamente durante o ano inteiro, e quando chegava o mês de julho, para o festejo de Santana, a igreja tinha que desembolsar valores altos para a limpeza e manutenção da cozinha e dos banheiros da barraca. Isto fez com que a Igreja Católica preferisse construir um espaço, ao lado da Catedral de Santana, onde as comidas passaram a serem feitas e servidas lá, deixando de utilizar o espaço da barraca da santa há alguns anos.

Hoje o espaço está revitalizado com o término da orla o Pavilhão de Eventos Culturais Edvaldo de Paiva Macedo, continua com seu nome esquecido na memória da população Itaitubense, o que demonstra o desinteresse da maioria da população por essa história Patrimonial que guarda em si a História local.



Fotografia 29 Barraca da Santa 2008 com o término da Orla de Itaituba
Fonte Raquel Peres Rocha em 2008.

O retorno deste lugar, e um dos pontos mais críticos tristes, pois, a mesma atualmente apesar, de ter sido reformada a menos de quatro anos, já esta bastante deteriorada, pinchado, com muito lixo em baixo e sem a devida iluminação, demonstrando mais uma vez a falta de consciência, dos munícipes de Itaituba, para a preservação e conservação do patrimônio público histórico da cidade. Como demonstram a imagem a seguir.



Fotografia 30 Barraca da Santa, orla de Itaituba nos dias atuais.
Fonte Raquel Peres Rocha em 2013.

3 A PESQUISA E O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

3.1 A INTERPRETAÇÃO COMO MÉTODO CIENTÍFICO

Segundo PEREIRA (1990), no artigo enfoques Metodológicos na Investigação Científica, existem três enfoques básicos que uma pesquisa pode seguir: o empírico analítico, o fenomenológico-hermenêutico, e o crítico dialético. E para o desenvolvimento desta monografia o escolhido foi o terceiro que visa à reconstrução da realidade, a partir de um determinado contexto.

A palavra Hermenêutica deriva do termo Hermeneutike, e o primeiro homem a empregá-la como termo técnico foi o filósofo Platão, que a definiu como uma ciência que estabelece os princípios, leis e métodos de interpretação, ou seja, tratam da teoria da interpretação de sinais, símbolos de uma cultura e leis, que tal como teoria está dividida em geral e específica.

A geral é aplicada na interpretação de qualquer obra escrita, e a específica se aplica a determinados tipos de produção literais, como leis, profecias, poesias, histórias, sendo esta última utilizada no desenvolvimento desta monografia.

E juntamente com o enfoque hermenêutico utiliza-se a fenomenologia, que é um estudo dos fenômenos do jeito que se mostra, a união das duas formam o estudo fenomenológico-hermenêutico, que será utilizado no desenvolvimento desta pesquisa, pois o enfoque fenomenológico-hermenêutico propicia ao pesquisador a possibilidade de interpretar os fatos ou locais como é o caso desta pesquisa, que visa trata dos patrimônios públicos municipais, demonstrando a visão de moradores que acompanharam o transcorrer desses fatos, e trazendo a interpretação da visão deles para o desenvolvimento deste estudo. Existem várias técnicas de investigação que este enfoque nos permitiu utilizar, neste caso específico, são as fontes orais.

Quando o objeto de estudo situa-se próximo a nossa realidade, ao nosso tempo, o método mais adequado para ser desenvolvida esta pesquisa de campo é a metodologia da História Oral, aproveitando que os sujeitos colaboradores ainda estão

vivos, produzindo e disponíveis para o desenvolvimento do estudo, pois a oralidade nos permite a utilização da memória desses atores sociais, e não só a preservação da experiência histórica deles, mas essa experiência vista por esses próprios atores no desenrolar da história local.

As fontes orais são constituídas de diversas formas, entre as quais, a mais usual é a fonte primária, ou seja, a do cotidiano, e a fonte oral memória humana, que se refere à forma em que as sociedades mais antigas, antes do surgimento da escrita, utilizavam que é a oralidade, como o único recurso para conservação e difusão do saber entre as futuras gerações. Ao se utilizar fontes orais, pode-se fazer uma oposição às fontes inanimadas, confrontar as idéias e tirar conclusões sobre as memórias dos seres humanos enquanto conjunto de sociedade.

A oralidade permite obter novos conhecimentos, utilizar fontes não oficiais para a reconstrução histórica de determinados locais, e possibilitar ao pesquisador a interpretação qualitativa de processos histórico-sociais. Por isso, a história oral é de fundamental importância para o desenvolvimento desta monografia, pois a mesma permitirá uma nova construção e interpretação da história local nesses patrimônios públicos, e ao utilizar a história oral trabalha-se também com a memória que é uma das ferramentas para a conservação da história do homem.

LE GOFF (1992) no livro História e memória comenta: “É uma grande sorte para o historiador do presente, graças as testemunhas que interroga, poder fazer a arqueologia da memória coletiva”. E esta afirmação nos remete a importância de se utilizar fontes orais, e ainda vivas. A prática da história oral é facilitadora para a releitura dos fatos, no qual permite a interação entre historiador e comunidade, quanto à história oficial e a memória coletiva, usando assim o tempo presente como o lugar da história e da memória, no caso específico, a utilização de colaboradores que estiveram e ainda estão freqüentando os locais pesquisados.

Para MATOS (1992) no artigo O direito a Memória, existem dois tipos de memória: a memória através dos monumentos ou patrimônios públicos, que é o caso desta monografia, e a contada através de documentos. No caso da memória através dos monumentos ela é feita para permanecer, durar ter significados para a sociedade e fazer parte da memória oficial da cidade como um todo, enquanto a documental às vezes fica em pedaços, deixando assim de ser clara para a sociedade; portanto fica

justificado mais uma vez o motivo da escolha do tema desta pesquisa, pois a memória que será resgatada no desenvolvimento desta monografia é de fatos que tem significados e relevância para a sociedade de Itaituba, como um todo, que influencia a vida de todos da cidade.

Ao desenvolver esta pesquisa muitas dificuldades foram sendo vencidas ao longo do processo, pois a coleta de dados tornou-se uma tarefa árdua, devido à falta de documentação sobre os locais pesquisados. Portanto, houve a opção do enfoque fenomenológico – hermenêutico que possibilitou interpretar os fatos históricos, a construção das fontes e a busca pela oralidade, a partir da história que será edificada através dos mesmos. A utilização da fonte oral recupera e redescobre a identidade do município, através dessas fontes, como tal afirmar o papel do historiador na cidade, como sendo uma ferramenta de transmissão e reconstrução do passado.

Para que o processo de elaboração dessa monografia ocorresse, foram utilizadas entrevistas, depoimentos, narrativas de moradores da cidade, para os quais foi elaborado um roteiro semi-estruturado, no intuito de absorver o máximo possível de informações sobre os temas abordados. Além disto, foram realizadas pesquisas bibliográficas nos registros da Câmara Municipal de Vereadores, pois em 1959 houve um grande incêndio na Casa, fazendo com que muitos documentos fossem perdidos e dados sobre esse período não existem mais, causados por esse incêndio. Utilizando dados documentais do Museu Aracy Paraguaçu e também outros obtidos nos registros mais antigos da Biblioteca Municipal de Itaituba, possibilitando uma amplitude no decorrer do processo de desenvolvimento das pesquisas, sem deixar de ressaltar a utilização de fontes orais através de pessoas, com experiência e vivência local e outras nascidas em Itaituba que é em sua grande maioria. Para tal, o enfoque fenomenológico – hermenêutico acabou se tornando um grande aliado, pois o mesmo possibilitou a interpretação desses locais, como literalmente aparece para os entrevistados, com enfoque estudado tal como é para o expectador que participará do desenvolvimento das pesquisas.

3.2 AS FONTES ORAIS

O paradigma escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa possibilitou o desenvolvimento de entrevistas com pessoas que são nascidas no município ou vieram para cá há muitos anos, e que conhecem como ninguém, dados importantes que ajudaram a compor o seu desenvolvimento.

As entrevistas tiveram como foco averiguar acontecimentos que marcaram a história de Itaituba, através de vários eventos, ocorridos nesses patrimônios públicos. Os entrevistados participaram destes eventos, tais como datas comemorativas, datas cívicas, e outras e esses acontecimentos ocorriam nesses patrimônios públicos, portanto este patrimônio “fala” sobre a história do município, e foram na verdade, palco dessa história.

Para tanto se elaborou roteiro semi-estruturado para que houvesse a possibilidade de uma maior absorção do tema desenvolvido nas pesquisas, tendo como uma das principais fontes o senhor Manoel Lauro Lages de Mendonça, um dos grandes colaboradores para o desenvolvimento deste trabalho, o qual foi filho de um dos grandes nomes da história oficial do município.

Entrevista com: Manoel Lauro Lages de Mendonça



Fotografia 31 Manoel Lauro Lages de Mendonça em 2005
Fonte Raquel Peres Rocha em 2005.

Ao iniciar-se esta monografia no ano de 2005, uma das pessoas que foram entrevistadas, aliás, a primeira a ser entrevistada, foi o seu Laurindo como era conhecido entre os amigos. Logo em seguida, dias depois da entrevista, ele veio a falecer em um acidente de automóvel, mas deixou este legado de informações e memórias sobre o município.

Manoel Lauro Lages de Mendonça, na época então com seus 68 anos de idade, era filho de Manoel Lauro Hugo de Mendonça, uma das figuras que marcaram a história do município. Também era parente do primeiro advogado de Itaituba (seu tio), que para se formar em direito fugiu para capital do Estado, Belém, e não tendo onde morar, ficou por muito tempo dormindo na Catedral de Nossa Senhora de Nazaré, até conseguir um de meio de se manter, formar-se e voltar para o município. Também era irmão de Francisco Xavier Lages de Mendonça, o popular Fran Mendonça e ex prefeito do município. O coronel Raimundo Pereira Brasil era seu bisavó, ou seja, sua história de família está vinculada à história do município de Itaituba há várias gerações.

De família tradicional, nasceu em Itaituba no ano de 1937. Morou em Jacareacanga, voltou ao município de Itaituba em 1974, onde foi funcionário da Prefeitura de Itaituba por mais de trinta anos, mas não pensava em se aposentar, pois gostava muito do trabalho nas repartições públicas.

Na entrevista, seu Laurindo considerou como um fato marcante na sua vida a Revolução de 1964 conhecida como Revolução Veloso, onde teve a oportunidade de presenciar o ocorrido. Disse que o Veloso era um dos líderes dos revolucionários que queriam tomar a região, mas o Governo do Estado descobriu e fechou todas as saídas e o grupo do Veloso acabou ficando preso na cidade. O governo mandou o exército para matá-lo, sendo o Veloso amigo de seu pai Manoel Lauro Hugo de Mendonça, que estava sempre na sua casa e quando o exército chegou, invadindo a casa para matá-lo, seu pai não permitiu e expulsou o próprio tenente do interior da residência. Depois de muita conversa dos militares com seu pai, convenceram-no a entregar o Veloso, o levaram e nunca mais se soube o que fizeram com o líder dos revolucionários.

No ano de 1956 começou a trabalhar na Prefeitura de Itaituba como cortador de lenha, que era usada para abastecer a usina elétrica do município na época. Viajou por um tempo para Jacareacanga e voltou em 1974, já com seus trinta e dois anos de idade. Voltando para o município de Itaituba, voltou a trabalhar na Prefeitura. Na época

o então prefeito Altamiro Raimundo da Silva não contava com muitos recursos financeiros para realizar o pagamento dos funcionários; o dinheiro tinha que ser buscado na capital, Belém. A responsável de ir buscar o dinheiro era Célia Lages Virgulino, sua prima, que tinha várias funções na administração Municipal na época, além de secretária era tesouraria, contabilista, e outras, e como dizia seu Lauro “fazia de tudo um pouco”.

Os funcionários ficavam meses sem receber, pois para Célia ir até a capital, essa viagem seria feita de barco, e como os salários da época eram muito baixos, às vezes ela demorava meses para fazer a viagem até a capital novamente.

Na época, a Prefeitura contava apenas com cinquenta funcionários e, segundo o depoimento de seu Lauro, passavam o dia todo praticamente sem fazer nada: “ficavam todos batendo papo na Prefeitura, na época não tinha expediente, às vezes ficava todo o dia lá”. E como Itaituba era Área de Segurança, Nacional o prefeito era indicado pelo Presidente da República. Como seu Lauro tinha mais de trinta anos de funcionalismo público, ele acompanhou muitos mandados e nos contou sobre a visão que ele tinha de cada um deles.

Ao se referir ao mandato de Julião Galúcio Pereira popular Julião Gaúcho que foi de 1946 a 1948, usou a seguinte expressão “Julião Ladrão”. Segundo Laurindo, foi um dos governantes que mais roubou na história de Itaituba, é tanto que foi deposto do cargo por causa da insatisfação popular com seu governo.

Quanto ao mandato de Fortunato Carneiro comenta-se que foi no mandato dele que a sonda foi perfurada, quando a empresa Petrobrás em busca de petróleo, furou a área e chegaram à água sulfurosa que ficou derramando na terra, foi aí que ele mandou construir um chafariz no local. Sobre o mandato de Teófilo Olegário Furtado de 1951 a 1954, relatou que esse bebia muito:

Cachaceiro de primeira, mas era uma boa pessoa estava sempre disposto a ajudar a população, era um enfermeiro de primeira, até fazia partos, cerca de cinco mil partos foram feito por ele. Cortava pernas, braços, tudo que aparecesse ele fazia, era de grande ajuda para as pessoas, à cidade não dispunha de médicos. Não fez muito na época, pois a verba era muito baixa, não tinha muito que fazer no município. (MENDONÇA, 2005).

Sobre o mandato de Raimundo Altamiro da Silva de 1955 a 1958, disse que esse prefeito era amante de esportes, foi ele quem fundou o Estádio Teófilo Olegário

Furtado, quem quebrou o chafariz da sonda, uma vez que ele morava próximo à praça e querendo que na sua casa tivesse água sulfurosa, fez um encanamento de PVC. Em decorrência dos agentes químicos que se encontram na água os canos não resistiram e romperam, vazando água por todo o lado, tendo assim que quebrar o calçamento e o chafariz que ali se encontrava e não mais fora consertado.

No mandato de Tibiriçá de Santa Brígida Cunha de 1963 a 1966 e de 1967 a 1969 relatou que ele foi um dos maiores empreendedores de obras na época, responsável pela construção do antigo Trapiche Municipal, construiu também várias escolas, entre elas a escola Professora Alice Carneiro.

No mandato de Francisco Xavier Lages de Mendonça, de 1982 a 1985, (Fran Mendonça seu irmão), pouco comentou somente que o mesmo construiu mais de quarenta escolas no município, aparentemente por ser seu irmão, preferiu não falar nem bem nem mal dele.

No mandato de Vilson João Schuber, de 1985, que durou somente seis meses, comentou que o mesmo havia construído a Praça do Bandeira, nada mais dizendo sobre o seu mandato.

Sobre o governo de Sílvio de Paiva Macedo, de 1985 a 1988, disse que ele construiu a estátua do Seresteiro, que foi demolida para a construção da nova orla já no ano de 2005. Considerou essa ação uma depredação ao patrimônio público. Construiu também uma barraca que levou o nome de seu irmão Valdo Macedo, mas conhecida como Barraca da Santa.

Quanto ao mandato de Benigno Olasar Reges, de 1989 a 1992, na sua visão “ele não fez nada passou o mandato sem trabalhar” e mais nada comentou sobre este período.

Na gestão de Wirland da Luz Machado Freire, de 1993 a 1996, primeiro mandato, comentou que esse fez muitas obras, asfaltou muitas ruas, criou escolas como Maria da Consolação de Mendonça Cerqueira, esta que leva o nome da irmã de seu Lauro que trabalhava na educação, e outras, sendo que pouco comentou sobre este mandato.

Quanto ao período de governo de Edílson Dias Botelho, de 1997 a 2000, segundo seu Lauro, priorizou a saúde, e a educação, criando muitas escolas, pagando

os salários da educação em dia, sendo seu único erro era ser muito arrogante. Em todo o mandato, nunca, uma vez se quer, falou com ele, disse:

Uma certa vez tropeçou no meu pé e nem se quer pediu desculpas, bloqueou todos os programas de computador que continham jogos na Prefeitura, e até mesmo me proibiu de fazer meus desenhos na Prefeitura, coisa essa que eu fazia há muitos anos, nas horas vagas é claro. (MENDONÇA, 2005).

Sobre a gestão de Wirland da Luz Machado Freire, em seu segundo mandato de 2001 a 2002, comentou que ele continuou asfaltando as ruas de nossa cidade, mas foi interrompido por uma grave doença que o levou a falecer, até que seu vice assumiu a Prefeitura, Benigno Olgas Reges, de 2003 a 2004, que mais uma vez, segundo seu Lauro, não fez nada.

À respeito do mandato de Roselito Soares da Silva, de 2005 a 2008, “desse ainda não tenho nada a dizer, é um prefeito popular, mesmo porque agora que está iniciando seu mandato”.

Assim, ao finalizar a entrevista com seu Laurindo, vale ressaltar que os locais citados foram visitados, juntamente com ele e a pesquisadora, e quando iam para a antiga prefeitura, ele foi comentando sobre sua tristeza de ver monumentos sendo depredados pela ação do tempo e do homem e por sua má conservação. Ao chegarem em frente à Praça Vitor Campos, Laurindo olhou para a praça apontou e disse: “tá vendo minha filha o desperdício do dinheiro público”, pois havia enormes buracos nesta praça e o mesmo estava com um semblante triste e melancólico, ao ver a história local ser perdida e desrespeitada ao longo dos anos, cenário este que ele acompanhou ser construído e estava vendo ser destruído, sem nada poder fazer. Situação essa que foi um pouco modificada, mas por ironia da vida, seu Lauro não chegou a ver esses locais revitalizados. É preciso ressaltar que todo o depoimento de seu Laurindo, ilustrou o conteúdo do capítulo II, principalmente quando se trata do antigo prédio da prefeitura de Itaituba, pois foi ele quem forneceu algumas informações sobre as repartições internas do Paço Municipal, assim como contribuiu com dados sobre as praças pesquisadas.

Entrevista com: Tibiriçá de Santa Brígida Cunha



Foi entrevistado para este estudo o Senhor Tibiriçá de Santa Brígida Cunha. O entrevistado é natural da vila São Bento Município de Maracanã, nas proximidades de Belém, no Estado do Pará. Nasceu em 25/12/1930, filho de José Ribeiro da Cunha e Antonieta Santa Brígida Ribeiro. Veio para o município de Itaituba ainda muito jovem, porque havia passado no concurso para coletor estadual da Receita da Fazenda Estadual. Ele tem sua trajetória política social e econômica vinculada à história do município, tendo em vista, ele ter sido prefeito por duas vezes e por doze anos exerceu a função de vereador reeleito. Além do mais, já ocupou diversos cargos no município como Secretário de Administração, de Finanças, Procurador do Município, cargo este que ocupa nos dias atuais, sendo também aposentado como Agentes de Tributos, tendo, portanto, exercido cerca de dezenove anos cargos públicos, no município de Itaituba, e mais de trinta anos, prestando serviços a município de Itaituba, com 81 anos, atualmente.



Fotografia 33 Tibiriçá de Santa Brígida Cunha com o presidente Juscelino Kubitschek
1964

Fonte Tibiriçá de Santa Brígida em 2008.

Os primeiros cargos ocupados por Tibiriçá, no município de Itaituba, foram: vereador, no ano de 1959 a 1962; prefeito, mandato este iniciado de 1963 até 1966, sendo eleito incondicionalmente. Foi para o Rio de Janeiro em uma convenção com o partido de Juscelino Kubitschek, em 1964, como demonstra fotografia acima, no segundo dia foi levado para Brasília, Distrito Federal, quando houve a revolução política em que a ditadura militar assumiu o poder. Como foi convocado a se apresentar ao novo presidente que havia assumido, no lugar de João Goulart, ficou cinco dias sem poder entrar e nem sair da cidade, e os vinte prefeitos foram relacionados receberam um ofício dizendo que eles eram hóspedes da Presidência da República.

Depois dos oito dias, alguns desses prefeitos mandaram vir suas famílias inteiras para aproveitarem da hospitalidade federal. Quando foram liberados, ele seguiu para Belém e lá ficou oito dias no Quartel General, tendo sua vida vistoriada e pesquisada quando lhe comunicaram que seria nomeado interventor federal do município de Itaituba, pois haviam feito uma sindicância sobre seu passado e como não encontraram nada, resolveram deixá-lo administrando o município. Disseram a ele: “prefeito o nosso objetivo não é perseguir ninguém, mas sim acabar com a roubalheira

que esta aí no poder”, Hoje com seus 81 anos esta foi uma das maiores satisfações da sua vida, pois teve reconhecido oficialmente sua honestidade. Assim, retornou para Itaituba não mais como prefeito, mas como interventor federal. Ocupou esse cargo por três anos, ate 1966, quando foi eleito novamente prefeito no ano de 1967 até 1969.

Quando o Senhor Tibiriçá assumiu a Prefeitura não tinha nem máquina de escrever. Era tudo na “munheca tudo na escrita feita à mão, pois escrever era considerada uma arte, tinham pessoas que pareciam desenhar ao escrever de tão bonito e valorizado que isso era na época.”, comentou.

Segundo Tibiriçá, Itaituba quando houve a corrida do ouro, e a abertura de estradas; Santarém/Cuiabá e a Transamazônica. Era uma cidade pacata, onde pouco se ouvia falar em violência e corrupção. Até mesmo porque todos aqui se conheciam. Com essas novas estradas, vieram muitas pessoas, entre elas, muitos maranhenses e cearenses e pessoas de outros estados. Os paraenses na cidade ficaram sendo poucos, nesse meio vieram pessoas, de toda espécie, assim como pessoas boas e idôneas, de caráter ilibado, também vieram pessoas mal intencionadas, que deixam a desejar, não todas mais no meio de um rebanho sempre têm que se tirar algumas ovelhas negras para não complicar as outras, argumentou ele. A partir daí, a cidade começou a vivenciar um período de violências urbanas e também nas zonas garimpeiras.

Entre suas principais obras no município, as mais destacadas foram: a implantação da usina termo elétrica de Itaituba, pois a energia na era época à base de caldeira e tinha que se cortar lenha constantemente para o funcionamento da mesma, era a maior dificuldade ter a energia na cidade. Por isso, ele foi para a capital Brasília e depois teve que ir ao Rio de Janeiro onde funcionava a maioria dos ministérios, inclusive o de Minas e Energia, buscar subsídios. Nessa ida conseguiu um valor para aplicar aqui na cidade na compra do motor de luz. Essa viagem durou cerca de vinte e oito dias, inclusive ele levou consigo uma pepita de ouro que pesava 150 gramas e deu ao presidente João Goulart, que liberou a verba no valor de dez mil cruzeiros para a compra desse motor. No dia em que ele recebeu esta quantia, foi uma festa, falaram para ele: “Olha prefeito, aplique o dinheiro, com honestidade isso é coisa pública”. Ele respondeu, “até hoje, não conheço ninguém corrupto”. Com o dinheiro ele comprou o motor de luz e Itaituba passou a ter energia a noite, até às onze horas, até então o

único lugar que tinha energia constantemente eram os Correios, devido à chegada dos telegramas e a Prefeitura Municipal.

Como demonstra a fotografia abaixo, em 1963 houve o encontro de Tibiriçá, de terno branco, e o presidente João Goulart, à direita, recebendo das mãos dele a pepita de ouro que consta registrada oficialmente no Cartório de notas do 1º ofício da Comarca de Itaituba. Essa fotografia foi reconhecida legalmente em 21/07/1999, como sendo a primeira pepita de ouro encontrada nos garimpos de Itaituba.



Fotografia 34 Tibiriçá de Santa Brígida Cunha com o presidente João Goulart em 1963
Fonte Tibiriçá de Santa Brígida 2008.

Tibiriçá implantou os cursos Primário e Ginásial na Escola Gaspar Viana que ele também construiu. Até então, quem desejasse que seus filhos continuassem estudando tinha que enviá-los para Santarém, pois Itaituba só tinha até a 4º série do primário.

As primeiras professoras normalistas foram trazidas de Belém, inclusive, uma delas, era a esposa do Laurindo (outro entrevistado). Construiu o trapiche municipal, onde fizeram uma grande festa de inauguração para a qual ele matou cinqüenta carneiros. Comprou uns cem barris de sessenta litros de vinho, começando a comemorar as nove horas da manhã, virando o dia, terminando as seis horas da tarde do outro dia, restando um monte de pessoas que, bêbadas, caíram com ressacas na frente da cidade.

Construiu também a escola Alice Carneiro, aos fundos da Praça do Centenário em terreno que pertencia ao Benedito Correa de Souza; construiu o cais do porto, ou seja, o muro de arrimo que existia ali; construiu uma estrada municipal até Flexal, com extensão de trinta quilômetros na direção do Jacareacanga; as escolas nas vilas de São Luiz do Tapajós, o colégio da vila de barreiras; posto médico em Itaituba, e fez a reestruturação no sistema viário urbano na época. Implantou também o IPMI – Instituto de Previdência e Assistência do Servidor Público Civil do Município de Itaituba, que prestava diversos tipos de assistência social aos funcionários na época.

Portanto, fez diversas obras no município, sendo considerado um dos maiores empreendedores políticos de Itaituba, tanto que já recebeu diversas homenagens por conta dos serviços prestados à cidade, como diplomas de honra ao mérito da Câmara de Vereadores da cidade e da Assembléia Legislativa do Pará, assim como também recebeu diversas homenagens de algumas associações do município, como a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Itaituba - CDL, da qual ele foi um dos primeiros membros.

Junto, à história da cidade, Tibiriçá acompanhou diversos mandatos no município e falou um pouco de cada um deles. Da gestão de Silvio de Paiva Macedo, de 1986 a 1988, disse que o mesmo era muito jovem quando concorreu a prefeitura de Itaituba. No entanto, foi um dos únicos a entregarem as contas em dia e com saldo de seu mandato; além do mais, foi quem construiu a Praça do Congresso, a Barraca da Santa, e a Praça da Beira do Rio e foi considerado um dos prefeitos mais honestos que Itaituba já teve na sua história política.

Altamiro Raimundo da Silva foi indicado como Segundo Interventor do Município, depois de Tibiriçá tendo seus mandatos iniciado de 1970 a 1973 e novamente foi indicado como interventor, de 1974 a 1982, cargo que ocupou por doze anos na cidade.

Referente ao mandato de Francisco Xavier Lages de Mendonça entre 1982 a 1985, o popular Fran Mendonça, Tibiriçá afirma que ele tinha muita vontade de ser prefeito de Itaituba e quando Altamiro deixou de ser prefeito ele foi indicado como interventor, através do senador Jarbas Passarinho, em Brasília, na época do regime militar. Tibiriçá conseguiu que Fran Mendonça fosse nomeado Interventor de Itaituba, mas teve uma divergência com ele, ao lado do Paço Municipal onde hoje é a praça Celso Mateus existia um campo de pouso de aeronaves, e Tibiriçá não aceitava que fizessem casa ali, acabando com a pista. Queria que fosse feita uma praça para servir

como concentração para os desfiles do dia Sete de Setembro, tal qual se conhece hoje, que realmente se concretizou esse seu desejo. Outra divergência foi quanto à beira do rio, pois a topografia das praças que posteriormente seriam feitas até hoje, Tibiriçá não entende como foi feito, atualmente esse local é a Orla da cidade.

Como sendo um dos moradores antigos do município, Tibiriçá acredita que se criassem grupos para a fiscalização das praças municipais, talvez sua conservação durasse mais. Também falou sobre a restauração do antigo prédio da prefeitura municipal e como isso é importante para a preservação da história de Itaituba e de sua memória coletiva. Ele disse que, muitos não querem saber do passado e completou: “triste de nós vivermos o presente sem conhecermos o passado, pois é uma lição e serve como subsídios para nossa memória e para os jovens de hoje verem como era no passado e como é hoje”.

Isso nos remete aos eixos dessa pesquisa, o quanto esse patrimônio público pode construir a memória coletiva da cidade, através da memória individual, sendo possível reconstruí-la e preservá-la para que as futuras gerações possam vir a fazer uso dessa historiografia local, modificando o seu futuro e fazendo coisas melhores para o município, evitando os erros do passado.

O entrevistado colaborou com informações sobre a Praça do Centenário e também sobre o Paço Municipal, além de ser responsável por muitas construções na cidade, também participou de diversos eventos no decorrer da história do município, como também fez a história acontecer na cidade, quando, por exemplo, canalizou a água da fonte sulfurosa para sua residência no seu primeiro mandato em 1964, ou quando inaugurou o trapiche com uma festa que durou cerca de dois dias seguidos. Portanto, sua contribuição foi de extrema valia para o desenvolvimento desta pesquisa monográfica.

Entrevista com: Silvio de Paiva Macedo



Fotografia 35 Silvio de Paiva Macedo
Fonte Raquel Peres Rocha 2008.

Outro dos colaboradores entrevistados para este trabalho foi Silvio de Paiva Macedo, nascido em 25/03/1948 na cidade de Itaituba, filho de Francisco Lopes Macedo que morreu afogado no rio Tapajós por estar muito doente e com muita depressão. Sua mãe é a senhora Maria Francisca de Paiva Macedo, de família tradicional no município, de nome conhecido por quase toda população Itaitubense, parentes da família Bemeguy que também é tradicional no município.

Silvio Macedo, como é conhecido, participou dos muitos eventos da cidade, como a construção dos muitos monumentos que ainda existem na cidade, feitos na época do seu mandato como prefeito, que foi de 1986 a 1989. Como exemplo a Antiga FASIPI – Fundação de Ação Social Integrado a Prefeitura de Itaituba; lá faziam serviços assistenciais à população Itaitubense. Construiu também a Praça do Congresso, Praça Vitor Campos, a Praça Wilson Andrade Uchoa e o Pavilhão de Eventos Culturais Edvaldo de Paiva Macedo o Mercado da Cidade Alta, a antiga Delegacia de Itaituba e o Estádio Teófilo Olegário Furtado, que foi inaugurado em outubro de 1987, como sendo um dos eventos que mais o marcou na vida pública de Itaituba, inclusive na inauguração do Estádio, para o qual ele trouxe diversos times famosos, tais como, o

Vasco da Gama, Flamengo, Fluminense, Botafogo e jogadores famosos com Zé Roberto. A inauguração do Estádio foi uma festa jamais vista na cidade, para a época. Na atualidade, participa ativamente da vida política da cidade, já foi Secretário de Agricultura e Coordenador de diversos programas no município como o “O bairro que eu quero”.

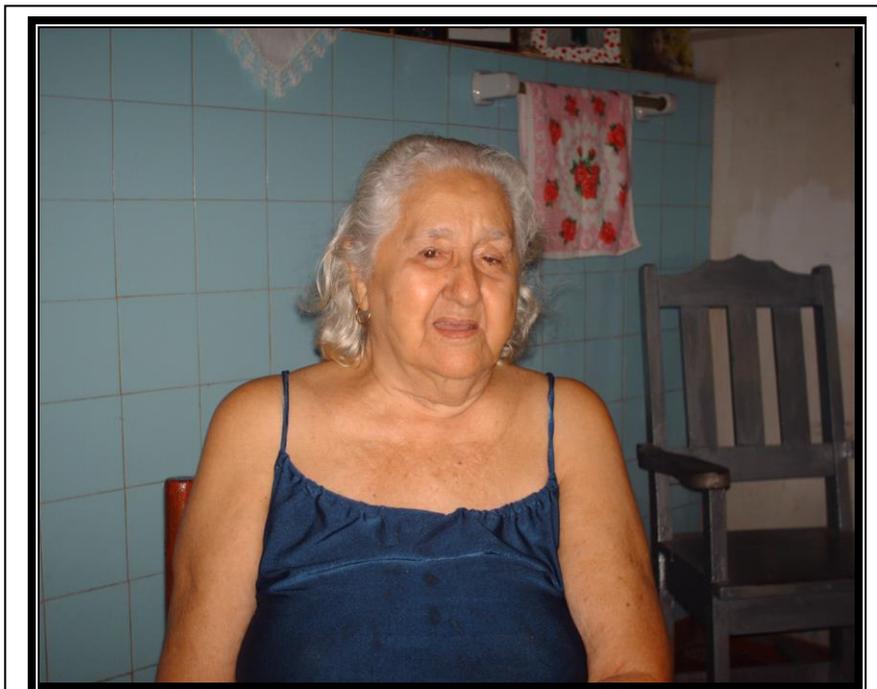
Mas não só de política sua vida esta envolvida, Silvio também fazia parte de um grupo de pessoas que iam todas as noites para as praças tocarem e ouvirem música ao vivo. Inclusive, começou sua carreira artística aos nove anos de idade. Com ele tocavam Zé Burro, Nego do Tacacá, Antão, Chiclete, Chico Lopes, e o violeiro Cacau, que posteriormente foi homenageado pelo amigo Silvio, após sua morte, com um monumento na Praça Wilson Andrade Uchoa, na beira do rio. Silvio Macedo ajudou alguns músicos a se projetarem como Edson Fred, por exemplo. O segundo nome do músico foi dado por ele em um de seus comícios, no qual o músico principal faltou então ele pediu que Edson substituísse o mesmo. Como não tinha um segundo nome surgiu-lhe uma idéia repentina, disse que era Edson Fred, vale lembra que Edson havia ganhado do amigo Macedo seu primeiro teclado.

Em um desses encontros musicais Silvio Macedo conheceu o músico Raul Seixas, em sua passagem por Itaituba, o mesmo se hospedou em sua residência, durante três dias à beira do rio Tapajós. Juntamente com Silvio Macedo, no ano de 1985, em que ele estava na corrida eleitoral, disputando para ser prefeito de Itaituba, fizeram a musica, “Mamãe não quero ser prefeito – Caubói fora da Lei” que ficou conhecida nacionalmente. Muitos não sabem que o personagem dessa canção era o jovem rapaz que realmente estava em plena campanha eleitoral em um municípiozinho do Oeste paraense, bem no coração da Amazônia. No dia do show do famoso cantor, ele andava em uma Kombi apelidada por ele de “besta do Apocalipse” convidando as pessoas a irem prestigiá-lo logo mais à noite, em um show baile. O ingresso custava, na época, 800 cruzeiros. Nem a vinda de um presidente ao município como o Garrastazu Médici causou tanto rebuliço na população, diziam os jornais da época, quanto à vinda deste cantor.

Portanto, o entrevistado tem sua vida construída juntamente com a história da cidade, além do mais, foi em seu mandato onde muitos desses patrimônios abordados nesta pesquisa foram construídos, tendo o mesmo contribuído com informações, sobre

a Praça do Congresso, a Praça Vitor campos, a Praça Wilson Andrade Uchoa, e a Barraca da Santa.

Entrevista com: Itahy Iracema Couto Lima



Fotografia 36 Itahy Iracema Couto Lima
Fonte Raquel Peres Rocha em 2008.

Entre as entrevista que foram realizadas neste trabalho, há o depoimento de dona Itahy, pessoa nascida na cidade, conhecedora como ninguém da história local, além de pertencer a uma das famílias mais tradicionais do município. Ela é irmã de Aracy Paraguaçu, nome do museu de Itaituba. Portanto, já se percebe o quanto à história de vida de dona Itahy está ligado à história da cidade de Itaituba.

Itahy Iracema de Couto Lima nasceu em 11 de agosto de 1926, dez anos após a construção do busto do fundador do município de Itaituba. Era filha de Cláudio Couto Alagoano, que teve seu nome dado a uma das ruas da cidade no bairro de São José, mais popularmente conhecido como Vila nova. Sua mãe era dona Rosinda Maciel Couto. Teve onze filhos, os quais criou com seu esposo João, trabalhando na Prefeitura de Itaituba durante trinta e seis anos. Lá ela foi contadora, tesoureira, secretária entre outras funções, e também recepcionista em dias de festas no Salão Nobre. Ela só tem a

segunda série do primário, seu conhecimento adquiriu no dia-a-dia e durante esses trinta e seis anos de trabalhos ganhava somente quatrocentos e quinze reais, vendo e ouvindo muita coisa que hoje faz parte da História de Itaituba.

Uma das coisas citadas por Dona Itahy é que à frente da cidade era muito bonita e que os pedregulhos podiam ser vistos ao longe. Assim como algumas gramas de ouro também, mas devido às transformações e ação do homem, essa beleza se perdeu. Da frente da cidade foi tirada muita piçarra para ser vendida para alguns moradores, o que conseqüentemente estragou grande parte desse solo, assim como a lama que descia dos garimpos na época da corrida do ouro. Por exemplo, no mandato de Silvio Macedo, ele mandou colocar areia em um trecho do cais, ficou bonito, no entanto quando o rio subiu levou tudo. Conseqüentemente, boa parte desses pedregulhos e muitas outras ações do homem foram acabando com a beira do rio, primeiro fizeram um cais bem baixo, o segundo cais foi feito, no entanto os ferros que serviam para separar e proteger os moradores para não caírem foram todos roubados, e agora tem a nova Orla que segundo ela não sabe até quando vai durar assim.

Segundo ela a Praça Wilson Andrade Uchoa, conhecida popularmente como Praça do Seresteiro ou Garimpeiro, foi de repente que fizeram e logo acabou. Neste local antes de haver um cais, uma praça, as pessoas como Dona Itahy tinham banheiros, móveis, com duas rodas em baixo, que ficavam por toda a extensão da beira rio. Conforme o rio subia, os carrinhos eram puxados para cima, conforme descia eram empurrados para baixo. Eram quadrados feitos de madeira, cobertos de zinco e trancados à chave. Quem não tinha, podia pedir emprestado para um vizinho, quando terminava de usar trazia a chave e devolvia para o dono. Eles eram usados para se trocar de roupa e também lavar roupas.

E como moradora de Itaituba desde de seu nascimento Itahy, acompanhou diversos mandados na cidade, dos quais fez breves relatos dos que se lembrou: Edílson Dias Botelho em seu mandato de 1997 a 2000, construiu um Colégio muito lindo, o Castelo Branco, que fica inclusive na rua que leva o nome do pai de Dona Itahy, que todos os anos pintava o Prédio da Prefeitura Velha.

Sobre a gestão do Roselito Soares, ela espera que ele continue fazendo e construindo obras em Itaituba, como as que ele tem feito, como o Colégio Antônio Gonzaga Barros e o Ginásio Poliesportivo, para continuar desenvolvendo Itaituba.

Referente ao mandato de Raimundo Altamiro, segundo dona Itahy, ele passou quase dezessete anos no poder e quase nada nos deixou de legado. A colaboradora também questionou o porquê de estarem fechando as escolas da cidade baixa. Disse que a cidade ao invés de progredir estava em decadência devido a esses fatos, como o Alice Carneiro no qual seus filhos estudaram lá e o Gaspar Viana, porque ainda tem um grande numero de crianças que moram nas proximidades e estão tendo que ir para escolas longe de suas casas.

A mesma relatou que, antes da construção da Praça do Centenário, costumava tomar banho lá, onde alguns moradores colocaram tábuas de um lado e do outro e banhavam, pois ao ficar no centro do furo não afundavam. Também relatou que a cidade, no auge do ouro, tinha diariamente aviões indo e vindo, mas não eram como os de hoje eram aviões grandes como os que têm nas grandes capitais. Disse que no dia que soube da noticia que haviam quebrado a cabeça do busto do fundador quase foi parar no hospital e disse: “pra esses muleques fazerem o que fizeram e até agora não terem punição nenhuma, pouco eu vejo televisão, e quando eu liguei e vi a noticia, parece que queria me dar um treco, era mais velha do que eu dez anos”.

Ela relatou que a estátua veio do exterior, e não foi feito em Itaituba, veio de Londres Inglaterra. Também disse que considera errado o fato de darem nomes às praças de pessoas que nem filhos da terra são, pois não valorizam os filhos mais antigos da cidade e disse que achava que tem filhos de Itaituba mais dignos de levarem uma homenagem dessas.

Quanto à Praça do Congresso a mesma relatou que antigamente vinham muitas missões à cidade, e então quando ocorreu o Congresso Eucarístico lá foi feita àquela praça para poderem realizar esses eventos. Completou “cadê o valor que estão dando àquela praça, os bancos hoje todos quebrados; na época tinham bancos bonitos, com árvores e plantas que embelezavam o local, até um bar já tem no meio da praça”.

A Praça do Centenário tinha uma padaria, uma sorveteria e umas poucas lojas de um lado e do outro, mas também era agradável de passear. Era a coisa mais linda a cestinha que tinha no meio da praça que foi construída em cima onde a água minava da perfuração da Petrobrás.

A colaboradora relatou que, antes da corrida do ouro, em 1958, as pessoas tinham pavor de vir para a cidade, com medo das onças e dos jacarés que passavam

nas frentes das casas, que realmente nas noites chuvosas costumavam invadir as ruas, pois não tinha cais nem nada e comiam alguns cachorros.

Continuou dizendo que a cidade tinha ventos agradáveis, mas agora, devido ao desmatamento está tudo muito quente; a rua da beira rio, hoje atual orla, era toda tomada por árvores em sua extensão. Às vezes as tempestades eram tão forte que arrancavam essas árvores, da sonda em diante tinham eucaliptos e da sonda para a direção da Barraca da Santa eram mangueiras.

Depois que a corrida do ouro começou, aí vieram grupos de exploradores, aí pronto, a cidade perdeu o sossego, mais nunca aconteceu de escavarem as ruas procurando ouro, somente algumas vezes nas margens do rio, mas isso só fazia quem tinha conhecimento do manuseio da bateia, tinha gente que tirava de três quilos de ouro em uma semana (ITAHY,2008).

Dona Itahy relatou que durante seu tempo de serviço na Prefeitura, tiveram dois prefeitos que queimaram algumas documentações de prefeitos anteriores, como: decretos, leis, nomeações. Assim como também existem livros que registram diversos atos, como um livro no qual consta o nome das princesas que visitaram Itaituba, que está com a família do falecido Laurindo. Do tempo que trabalhou na prefeitura, ela narrou que tinham noites que ela e as colegas ficavam até às dez da noite, fechando as folhas de pagamento. Também relatou que uma vez teve que ir fazer este pagamento com as dores do parto, justamente no dia em que teve um grande temporal na cidade e seu irmão foi ao estádio jogar futebol e lá caiu um raio, matando três pessoas e seu irmão era uma delas, achava ela que a criança nem resistiria mais quando nascesse.

Apesar de todas as dificuldades vividas para criar os filhos, a vida era boa, pois naquele tempo não tinha inveja, e a inveja leva à ganância, que destrói o ser humano. Lá elas trabalhavam em harmonia, sempre brincando. Eram raras as vezes em que havia conflitos entre os funcionários na época. Dados que chamam a atenção são os nomes dos irmãos de Dona Itahy que, assim como o dela, são quase todos de origem indígena: tinha o Itaparaiaz, Ubirajara Ubiratan, Aymoré, a terceira irmã, Aracy Paraguaçu, Marapã Araguaio, Nayá, Itahy, Itapeura, Aramanay, Ipatira Porãncy, e Itimaãn. Isto porque o pai dela gostava da língua indígena além do mais casou – se com mulher indígena e teve umas três esposas diferentes, alguns de seus irmãos eram

descendentes por parte de algumas mães. No caso de Dona Itahy, sua bisavó era indígena. Em Itaituba tinha muitos descendentes de índios, cuja predominância era a linhagem dos Maués.

A mesma colaborou com dados para a Praça do Centenário e a Prefeitura Velha, a Praça Wilson Andrade Uchoa popular Praça do Seresteiro. Com dados do cotidiano da vida da cidade e da população, Dona Itahy, ao falar da depredação e da má conservação de alguns lugares, estava com uma expressão triste, e muitas vezes, ao lembrar certas histórias do passado, seus olhos lacrimejavam, de tanta saudade.

3.3 RETORNO IN LOCO DA PESQUISA EM 2013.

Ao retornar aos locais pesquisados, em 2013, verificou-se que algumas coisas mudaram, outras permanecem as mesmas, enquanto umas mudaram para melhor outras consideravelmente pioraram, em termos de conservação e preservação do Patrimônio Público Histórico de Itaituba. A prefeitura Velha, esta totalmente abandonada a obra de reforma esta parada há quase um ano ou mais, reforma esta que teve inicio sem a devida orientação com profissionais específicos na área para manter e conservação a arquitetura original. A Praça do Centenário apesar de ter sido reformada a menos de cinco anos, já esta em situação precária, bancos quebrados, o lago no meio da praça esta “imundo” de lixo, as plantas quebradas e mal cuidadas, árvores mortas e outras morrendo. A Praça Wilson Andrade Uchoa, a conhecida Orla da cidade, esta também em estado precário, bancos pinchados, quiosques parados, e a fonte esta também imunda de lixo que os munícipes jogam lá dentro, e o lixo toma conta daquele espaço todas as manhãs e as noites. O pavilhão de eventos culturais Edvaldo de Paiva Macedo, conhecida como Barraca da Santa, apesar de ter sido reformada em 2008, já esta em estado de deterioração através da ação do homem, todo pinchado, muito sujo, e continua servindo como banheiro para alguns que ali freqüentam.

Ao retorna nos locais pesquisados, constato com muita tristeza que pouco foi realizado, para se preservar e conservar o Patrimônio Público Histórico da cidade de Itaituba, que ainda falta muita conscientização por parte da grande maioria da população a respeito da conservação e preservação dos nossos bens. Também a falta de políticas públicas é evidente e latente. Apesar de haverem projetos para o futuro dos mesmos. No entanto, aguardamos que os projetos se concretizem e que possam salvar conservar e preservar a nossa historia através desse patrimônio público.

4 PROPOSTA DE EXTENSÃO PARA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE ITAITUBA

4.1 APRESENTAÇÃO

A partir do desenvolvimento desta pesquisa realizada na cidade de Itaituba – Pará, e sobre o levantamento da história da história do Patrimônio público brasileiro, pode-se perceber porque a maioria da população não se identifica com os bens patrimoniais das cidades, tendo em vista que a maioria não é levada a frequentar nesses lugares de guarda da memória que ajudam à forma a identidade coletiva dessa localidade, como alguns não se identificam e nem se quer conhecem a importância e a história dos mesmos, não tem a preocupação em preservá-los.

Através dessas informações deve-se procurar aproximar as pessoas em geral, tanto homens como mulheres e crianças da comunidade. Nesses espaços de guarda da memória social, histórico, político e econômico da nossa cidade, como os museus, e os patrimônios públicos da comunidade. Com isso deve-se promover ações que visem difundir esses bens patrimoniais e a sua importância histórica, com ações de educação patrimonial que promovam o sentido de pertencimento dos sujeitos que fazem parte deste contexto histórico, procurando assim desenvolver um envolvimento da comunidade extrapolando os espaços das escolas, e instituições de nível superior na cidade de Itaituba-Pará. Quando se promove a educação patrimonial, procura-se aos diversos públicos a possibilidade de interpretação dos bens culturais, atribuindo-lhes diversos sentidos, estimulando a população a exercer a cidadania e a responsabilidade social, de compartilhar, preservar, valorizar o patrimônio material e imaterial da nossa cidade.

Lembrando que as pessoas só respeitam, admira, e preservam e se identificam com aquilo que conhecem daí a importância de difundir a importância histórica desse patrimônio público Itaitubense, para que ocorra essa identificação com os bens patrimoniais é necessário pensar possibilidades de se educar para o patrimônio, para que assim as pessoas possam conhecer e se sentirem pertencentes aos espaços, lugares de guarda e preservação desses patrimônios. Portanto, para que efetivamente ocorra uma educação patrimonial, não basta apenas falar em ou sobre patrimônio é

preciso viver com o patrimônio, e a forma seria através de ações voltadas para a educação patrimonial.

No desenvolvimento desta pesquisa, observou-se a necessidade da continuidade da mesma, através de ações que pudessem promover a valorização, o resgate, e principalmente a preservação do patrimônio público arquitetônico da cidade de Itaituba – Pará. Tendo em vista, a falta de conscientização do próprio morador da nossa cidade, como também, a falta de conhecimento da história que se desenrolou nesse patrimônio arquitetônico, e com esta preocupação de promover esse resgate histórico, propõe-se ações, que tentem reverter se não se for possível ao menos minimizar os problemas que hoje são evidenciados nos locais deste estudo. Portanto, vislumbrou-se a possibilidade dessa extensão através da proposta que se segue:

4.2 PROGRAMAÇÃO

A programação será desenvolvida ao longo de um ano, ou mais dependendo da necessidade, com respectivos objetivos a serem alcançados em cada fase desta proposta, a mesma pretende abranger a comunidade acadêmica da Faculdade de Itaituba, especificamente o curso de Licenciatura em Plena em História, como toda a comunidade envolvida nos estudos realizados, e a comunidade em geral. Serão realizadas socializações em espaços públicos, através de apresentações com seminários e palestras e cursos voltadas para a preservação conservação e valorização do patrimônio público arquitetônico de Itaituba-Pará, difundindo assim a educação patrimonial.

4.3 SUGESTÕES PARA SOCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Sugere-se, a apresentação de trabalhos de pesquisa como este, que abordem a mesma temática desenvolvida na referida pesquisa, que demonstrem a importância da preservação do patrimônio artístico e cultural e arquitetônico da cidade de Itaituba, em espaços públicos, como as principais praças da cidade, as escolas, em feiras de conhecimento promovidos, pelas escolas do município, tanto de ensino fundamental

como de ensino médio da cidade de Itaituba e demais localizadas que integrem a mesma. Como apresentação no Ginásio municipal, e na biblioteca municipal de Itaituba.

4.4 CURSOS DE ATUALIZAÇÃO SOBRE PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA PATRIMONIAL

Sugerem-se, cursos de atualização e capacitação a professores que lecionem a disciplina de História e demais ciências afins, pessoas que desenvolvam atividades em museus e bibliotecas da cidade, que desenvolvam trabalhos voltados à questão social e coletiva da cidade, para que os mesmos possam ser agentes multiplicadores da importância da conservação e preservação dos patrimônios arquitetônicos da cidade de Itaituba, com o intuito de desenvolver a educação patrimonial.

4.5 SEMINÁRIOS E AGENDAMENTO DE PALESTRAS PARA PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ITAITUBA.

Sugerem-se, a realização de seminários em Instituições de Nível superior como demais órgãos, municipais, estaduais e federais, que possam vir a colaborar para a preservação e conservação desse patrimônio, e palestras promovidas pela pesquisadora deste estudo, como também por outros acadêmicos da Faculdade de Itaituba, que desenvolvam pesquisas nesta mesma linha, palestras voltadas para promoção de conscientização da importância da preservação e valorização e principalmente conservação do patrimônio arquitetônico da cidade de Itaituba – Pará.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada para esta monografia não pretende mostrar resultados prontos e acabados, mas faz parte de um momento, no processo da construção histórica do passado de Itaituba, levando em consideração as contradições, as dúvidas, as imperfeições, os acertos e as conquistas proporcionadas por mais este momento de reconstrução histórica do município.

Os resultados obtidos através da mesma respondem ao questionamento: “Seria possível a construção histórica de Itaituba através de seu Patrimônio Público?”. São resultados positivos que apontam o quanto da construção histórica de Itaituba foi possível perceber através da memória coletiva e individual de sua população. Portanto, essa construção foi realizada através de métodos de investigação, como a utilização das fontes orais com moradores de muitos anos da cidade e filhos da terra, que são considerados memórias vivas desse cotidiano passado da cidade. Também as leis de criação de alguns desses locais, foram usadas as e possibilitaram o desenrolar da pesquisa, cumprindo totalmente o papel de suporte e base para a sua construção.

A monografia em si resgatou esses pequenos fragmentos históricos que há muitos anos estavam perdidos na memória da coletividade como um todo, fazendo assim registro dos mesmos na pesquisa e procurando fazer com que essa construção histórica possa vir a suprir as necessidades da clientela para qual é voltada, como os estudantes, as crianças, e a sociedade em geral, assim como às futuras gerações. Essa não é toda a história, mas uma parte de uma história acessível e registrada, hoje pela escrito deixado nesta pesquisa e não só nas memórias dos cidadãos da cidade, pois foi uma forma de construir a historiografia local, para que não se perca para sempre, uma vez que muitos outros cidadãos ilustres filhos da terra já faleceram.

Os temas abordados na monografia são todos resultados de pesquisas que, na sua grande maioria, foram confirmados ou por leis de criação ou por depoimentos entre outros moradores da cidade, portanto é pautado na realidade e no cotidiano vivido em Itaituba.

Todos os monumentos públicos estão mesmo contando a história de Itaituba, através deles, o Paço Municipal nos remete ao período de inauguração da cidade em 1900, com todas suas transformações e grandiosidades, por ele ter sido o centro de

todos os eventos históricos nos primeiros anos do município, os principais órgãos municipais eram exercidos dele, assim como as primeiras agências de aviação, a delegacia, e o presídio. A Praça do Congresso construída no auge do período do ouro no município nos traz as missões jesuíticas que vinham até a cidade, assim como a presença forte do catolicismo deixada aqui, e que pode ser vista ainda hoje através dos monumentos nele erguidos desde o período de sua inauguração.

A Praça do Centenário resgata a história do cotidiano da população itaitubense, pois lá iam para tomar banho no “furo” de águas quentes, tomar sorvete com suas famílias, como também marca o período de cem anos de fundação do município ao ser inaugurada em 1956.

A Praça Vítor Campos, foi construída no auge do ouro, no entanto o busto do fundador Joaquim Caetano Correa está lá desde 1910 e serve como referencial e respeito às figuras que desbravaram esta região até então habitada por índios.

O Pavilhão de Eventos Culturais Edvaldo de Paiva Macedo, simboliza a importância da Padroeira de Itaituba Senhora Sant’ana, um local para se desenvolver a cultura local e regional.

A Praça Wilson Andrade Uchoa, é um dos principais marcos do período da garimpagem, em Itaituba, pois o nome dado a Praça é de um garimpeiro, onde por toda extensão existiam monumentos voltados para essa classe, assim como também se tentava modificar a frente da cidade, dando-lhe uma aparência mais agradável, pois havia sido muito deteriorada com a ação do homem e da natureza, portanto a mesma representa um ciclo que ajudou a alavancar a economia da cidade.

Outra coisa a ser percebida no decorrer das pesquisas é que estes nomes citados, na sua grande maioria, não são conhecidos pela população de Itaituba, o que leva a acreditar que a cidade não se interessa por sua história, ou então que o poder público não tem se preocupado com o emplacamento dos monumentos, a maior prova é a de que muitos tinham placas quando foram inaugurados, mas com o passar do tempo, foram retirados, deteriorados pela ação do tempo e nunca mais recolocados, portanto, esquecidas na memória da população. Esse fato deixa todas aquelas pessoas que estão preocupadas com esse resgate histórico da cidade, extremamente preocupadas, pois um povo que não se interessa por sua própria história, sua própria identidade, mostra-se um povo sem memória.

Um dos pontos também observados na pesquisa, é que aos poucos vem surgindo em algumas pessoas, a consciência e a importância desse patrimônio, assim como as leis de preservação dos mesmos, e as punições às pessoas que deterioram de alguma forma ou causam danos a esse patrimônio, fato comprovado com a última ação de vândalos ao quebrarem o busto do fundador centenário, mas que foram punidos devidamente pelas leis que protegem esses monumentos.

Isso demonstra que futuramente a consciência histórica da população itaitubense aos poucos esta sendo criada, em respeito à historiografia local, a importância de se ter a história local escrita, assim como expõe claramente WHITAKER (2008) no texto Os outros (donos) da história:

Mas o que será da memória, da outra página, se não começar a ser escrita agora? E mais do que escrever sobre as memórias coletivas, antes é preciso refletir acerca delas, entender a disputa existente entre a memória oficial e as silenciadas, marginalizadas, encontradas nesta cidade urbana, rural, tapajônica, ribeirinha, aldeada, garimpeira. Desnudando-se à cada significativo olhar, à cada imagem, nascida, toda, dos passos, do trabalho e da boca de quem a edifica.(WHITAKER, 2008).

A pesquisa buscou esclarecer algumas dúvidas sobre datas de inauguração, bem como fatos ocorridos no município, possibilitando uma aprendizagem profunda sobre a cidade, sobre o passado que liga seus municípios através, aos locais, dando ênfase aos momentos históricos ocorridos neles, que, de alguma forma, foram compartilhados entre todos.

Para a pesquisadora foram momentos ímpares de conhecimento da cidade na qual vive, os quais afloraram na mesma, o desejo de encontrar mais e mais informações para constar na monografia, para futuramente aprofundar estudos voltados para o mesmo tema, e assim poder contribuir para a valorização e o resgate da história de Itaituba, como também demonstrar a importância desse Patrimônio, para a população Itaitubense, fazendo com que este desejo possa ser compartilhado por todos na cidade, pois um povo sem história é um povo sem memória. E sabe-se que na história de Itaituba ainda existem pontos a ser reconstruídos e registrados para não se perderem no tempo, para que futuramente as crianças possam ir á uma biblioteca ou

museu e encontrar dados concretos sobre o passado da cidade, sobre o passado de seu povo, sobre sua origem.

Como também foi percebido que é necessário que este resgate histórico cultural da cidade seja realizado, e registrado, nas pesquisas desenvolvidas sobre o município, para que esta memória não se perca ao longo dos anos, e que possamos desenvolver na população uma educação Patrimonial.

E, finalmente conclui-se a importância da continuação do desenvolvimento desta pesquisa, para que mais dados sejam levantados, registrados, e resgatados, sobre os fatos que compuseram a memória identitária da sociedade Itaitubense, ou seja, é uma pesquisa que deverá ter prosseguimento no intuito de desenvolver também a educação patrimonial nos munícipes da cidade de Itaituba – Pará.

BIBLIOGRAFIA

- APONTADOR, mapa de Itaituba – **PA, mapas, telefones, endereços locais**. Disponível em: <http://www.apontador.com.br/guia_cidades/mapas/PA/Itaituba.html> Acesso em 20 de Agosto de 2008. s/autor.
- AMAZÔNIA, portal. **Cidades Itaituba, Para**. Disponível em: <<http://www.portalamazonia.globo.com/apresenta-amazonia-az>> Acesso em 21 de Agosto de 2008. s/autor.
- BORDONI, Orlando. **Dicionário a Língua tupy na geografia do Brasil**. Apoio cultural Banestado o Banco do Paraná.s/data
- CASTRO, Sônia Rabello de. **O estado na Preservação de Bens Culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- CIDADÃ, Consciência. **A construção histórica do patrimônio publico**. Disponível em: <www.comciencia.br> Acesso em 11 de novembro de 2005. s/autor.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos como Direitos Fundamentais no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica,2000.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **Cidadão Mostre-me a Identidade!** Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 08 de Setembro de 2008.
- IDESPE-Instituto do Desenvolvimento Econômico social do Pará. **Itaituba Pará**,1997
- GARCIA, Mônica Nicida. **Patrimônio Público**. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br>> Acesso em 10 de Agosto de 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas,1999.
- HISTÓRICO, **Itaituba Pará**. Disponível em: <<http://www.mapavivo.com.br/Itaituba>> Acesso em 21 de Agosto de 2008. s/autor.
- ITAITUBA, Câmara de Vereadores. doc. **Leis de criação das Praças**. Consulta em 10 de setembro de 2008.
- JORNAL NA HORA. **A água da sonda é atração em Itaituba**. Biblioteca Municipal. s/autor, s/página. Itaituba março de 1998.
- LEMOS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp,1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUEIROZ, Rubem Cobra. **A Origem da Hermenêutica**. São Paulo; Ápice, 2005.

PAIM, Elison Antônio. **Explorando o ensino – História: Lembrando eu Existo**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

PEREIRA, Cláudio Ludgero Monteiro. **Enfoques metodológicos na investigação científica**. Uepa, 1990.

SILVA, José Afonso da. **Ordenação Constitucional da Cultura**. São Paulo: Malheiros, 2001.

MARINHO, Marcelo Benfica. **Pesquisa e o Método da História Oral**. Disponível em: <<http://www.revistamirante.net>> Acesso em 15 de Outubro de 2008.

MATOS, Olgária. Memória e História em Walter Benjamin. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: 1992.

<<http://www.dci.ufscar.br/historiaoral/historal.htm>> Acesso em 10 de agosto de 2008.

WHITAKER, Jussara Saldanha. **Os (outros) donos da história**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>> Acesso em 12 de Setembro de 2008.

FONTES PRIMÁRIAS

Arlindo Pereira Braga – depoimento realizado em 20 de setembro de 2005.

Djalмира de Sá Almeida – depoimento realizado em 8 de novembro de 2008.

Itahy Couto Lima – depoimento realizado em 01 d novembro de 2008.

Manoel Lauro Lages de Mendonça – depoimento realizado em 5 de setembro de 2005.

Silvio de Paiva Macedo – depoimento realizado em 28 de outubro de 2008.

Tibiriçá de Santa Brígida Cunha – depoimento realizado em 25 de outubro de 2008.

ANEXOS